UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA PLANIFICADA SOCIALISTA: UMA ANÁLISE DO CASO DA CHINA DURANTE A ERA MAOÍSTA

Laura Michelon Pires

Lajeado/RS, dezembro de 2023

Laura Michelon Pires

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA PLANIFICADA SOCIALISTA: UMA ANÁLISE DO CASO DA CHINA DURANTE A ERA MAOÍSTA

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar

Lajeado/RS, dezembro de 2023

Laura Michelon Pires

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA PLANIFICADA SOCIALISTA: UMA ANÁLISE DO CASO DA CHINA DURANTE A ERA MAOÍSTA

A Banca examinadora abaixo aprova a monografia apresentada no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais:

Profa. Dra. Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar - orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Ma. Luciane Franke
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Marlon Dalmoro
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Lajeado/RS, 01 de dezembro de 2023

RESUMO

A presente monografia tem como propósito analisar os impactos decorrentes da implementação da economia planificada socialista no período compreendido entre os anos de 1949 a 1976, denominado de Era Maoísta. Após uma abordagem detalhada sobre a estrutura econômica adotada pela China, no caso a economia planificada socialista, e o estabelecimento de uma conexão entre as variáveis associadas à adoção da economia socialista e o desempenho econômico do país, constata-se que ocorreu uma significativa melhoria nos índices econômicos a partir de 1949, ano em que ocorreu a Revolução Comunista Chinesa. Entretanto, é igualmente perceptível que houve progresso nos indicadores econômicos quando foram implementadas medidas de cunho mais liberal a partir de 1976, ano de falecimento de Mao Tse-tung, marcando o término da Era Maoísta. Este estudo constatou que a trajetória econômica singular da China destaca a relevância da capacidade de adaptação e da habilidade de aprender com as decisões sem embasamento do passado, moldando sua evolução econômica de acordo com as exigências e desafios contemporâneos. Assim, a análise da experiência chinesa entre 1949 e 1976 não apenas destaca a eficácia das políticas socialistas, mas também sinaliza a flexibilidade e resiliência do país diante das transformações socioeconômicas.

Palavras-chave: economia planificada socialista; China; era Maoísta; marxismo.

ABSTRACT

This monography aims to analyze the impacts of the implementation of the socialist planned economy during the period from 1949 to 1976, known as the Maoist Era. Following a detailed examination of the economic structure adopted by China, namely the socialist planned economy, and the establishment of a connection between variables associated with the adoption of socialist economic policies and the country's economic performance, it is observed that there was a significant improvement in economic indices from 1949, the year of the Chinese Communist Revolution. However, it is equally noticeable that the economic indicators have shown progress when more liberal measures were implemented in the 1976, the year of Mao Tse-tung's death, marking the end of the Maoist Era. This study have found that China's unique economic trajectory underscores the importance of adaptability and the ability to learn from past, unfounded decisions, shaping its economic evolution according to contemporary demands and challenges. Thus, the analysis of China's experience between 1949 and 1976 not only highlights the effectiveness of socialist policies but also signals the flexibility and resilience of the country in the face of socio-economic transformations.

Keywords: socialist planned economy; China; Maoist era; marxism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Segmentação do PIB chinês dos anos de 1890, 1952 e 1978 50
Tabela 2 – Crescimento setorial do PIB chinês dos anos de 1890 a 1952 e 1952 a 1978 51
Tabela 3 – Comparação das fontes do crescimento econômico da China, Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul entre 1952 e 1978 (crescimento médio anual) 52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
1.1 Tema 10
1.2 Problema 11
1.3 Objetivos 11
1.4 Justificativa 12
1.5 Procedimentos metodológicos 12

2 SISTEMAS ALTERNATIVOS AO CAPITALISMO 14
2.1 Marxismo 15
2.2 Maoísmo 21
2.3 Economia planificada socialista 24

3 ERA MAOÍSTA E MUDANÇAS NA CHINA 29
3.1 Condições para a Revolução Comunista Chinesa 29
3.2 Políticas da Era Maoísta 39
3.3 Fim da Era Maoísta 53

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

REFERÊNCIAS 63

1 INTRODUÇÃO

A economia planificada socialista é um conjunto de políticas econômicas que visam estabelecer um regime socialista de viés marxista. Essa forma de governar um Estado é derivada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estabelecida em 1917 com a Revolução Russa, que veio a se tornar o primeiro Estado socialista da história (Lanslor *et al.*, 2021). A experiência soviética com um governo não capitalista se transformou em um modelo que foi seguido por diversos países que posteriormente adotaram um sistema alternativo ao capitalismo, como a China (Jabbour; Dantas, 2020). Dessa forma, a URSS moldou o modo como o socialismo é percebido, além de ter influenciado diversos países a adotarem esse modelo. No entanto, faz-se necessário ressaltar que a forma de governo socialista dos soviéticos é originada dos trabalhos sobre o comunismo de diversos autores, em especial de Karl Marx (Mikhailova, 2013).

Por sua vez, o comunismo surgiu no século XIX como uma resposta às desigualdades geradas pelo capitalismo industrial e à exploração dos trabalhadores pelas elites econômicas. As publicações de Karl Marx e Friedrich Engels foram importantes para que o comunismo tomasse forma e se tornasse uma teoria política, econômica e social que defende a igualdade dos homens, bem como a propriedade coletiva dos meios de produção. No entanto, uma sociedade plenamente comunista nunca existiu e foi apenas teorizada por diversos pesquisadores. De acordo com Marx (2004), entre o modo de produção capitalista e o comunismo, existiria a ditadura do proletariado que consiste na centralização do poder de um governo nas mãos dos trabalhadores que forçariam a redistribuição dos meios de produção em busca de uma

sociedade mais igualitária.

Essa ditadura é conhecida como socialismo e foi adotada por diversos países no século XX, como União Soviética, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, Nicarágua, entre outros (Lanslor *et al.*, 2021). No entanto, faz-se necessário ressaltar que todas as experiências governamentais práticas baseadas em regimes de orientação marxista foram classificadas como socialistas. Ao passo que o comunismo se distingue do socialismo por se referir às teorias, comumente marxistas, que defendem a distribuição dos meios de produção e também por ser a sucessão do modo de produção socialista em que não haveria a necessidade de um governo centralizador para coletivizar forçosamente a produção. Dessa forma, os governos não capitalistas do século XX são categorizados como socialistas enquanto o comunismo carece de demonstrações práticas.

O período de maior difusão do socialismo ocorreu durante a Guerra Fria (1947 – 1991). Nessa época houve uma intensa rivalidade ideológica, política e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se manifestou na disputa entre o capitalismo e o socialismo (Johnson, 2006). Essa dicotomia foi uma das questões mais importantes que moldaram o cenário internacional durante o período. E, embora a Guerra Fria tenha acabado, o antagonismo entre capitalismo e socialismo permanece sendo um assunto relevante, especialmente em questões políticas e econômicas globais (Skidelsky, 2019). Atualmente, ainda há debates em andamento sobre a melhor forma de organizar a economia, distribuir recursos e proteger os direitos individuais e coletivos.

Um dos debates que surgiram diante dessa dinâmica da Guerra Fria foi o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Essa hipótese é defendida pelo italiano Giovanni Arrighi em seu livro O Longo Século XX, publicado pela primeira vez em 1994. Nesse livro, ele utilizou os Ciclos ou Ondas de Kondratiev para identificar que o sistema capitalista passou por quatro ciclos de acumulação e expansão sistêmicos que foram denominados de genovês, holandês, britânico e norte-americano. Arrighi (1996) argumenta que o fim de cada ciclo é superposto pelo início do ciclo seguinte e que essa superposição é marcada pela turbulência financeira. Que por sua vez, é provocada pelo término do controle de um bloco dominante sobre o sistema mundial. Isso gera a mudança de poder hegemônico dando início a um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Considerando que para o autor estamos passando por uma crise hegemônica,

isso indica que estamos vivendo a crise do atual ciclo sistêmico de acumulação, fato que favorece o surgimento de novas perspectivas antissistêmicas para a superação da atual fase (Pennaforte, 2011). O trabalho de Arrighi contribuiu para a compreensão da hegemonia dos EUA na economia mundial e sua possível transição para um novo ciclo. Diversos autores, como o economista e sociólogo Andreas Gunder Frank, defenderam que o declínio dos Estados Unidos como superpotência mundial daria lugar às novas potências do Leste Asiático. Segundo Frank, o imperialismo dos EUA levou ao declínio da economia norte-americana, que foi incapaz de competir com as economias em desenvolvimento da Ásia (Frank, 2011). O autor destacou que a China, em particular, estava se tornando uma nova potência global, capaz de desafiar a hegemonia dos EUA.

Frank ainda argumentou que a ascensão da China era resultado de sua capacidade de aproveitar as condições favoráveis da globalização, como a liberalização comercial e a transferência de tecnologia, para impulsionar seu desenvolvimento econômico. Ele também defendeu que essa circunstância era um sinal de que o poder econômico estava se deslocando do Oeste para o Leste. Assim como, o centro hegemônico já havia se transferido da Ásia para a Europa anteriormente (Frank, 1998). Dessa forma, a China se posiciona como importante ator internacional e também como ameaça ao *status quo*.

Historicamente, a China é um país que, no século XX, passou por uma revolução social de ideologia marxista-leninista que posteriormente deu lugar ao maoísmo. A revolução foi motivada pela ruralização da economia, a baixa inovação tecnológica e o relativo atraso em relação à Europa Ocidental (Leão, 2021). Todos esses fatores, juntamente com a influência soviética, contribuíram para o descontentamento populacional que culminou na adoção do socialismo com a Revolução Chinesa de 1949. Desde então, a China vêm contribuindo para o entendimento do socialismo. Mesmo assim, apesar do país ser oficialmente caracterizado como “um estado socialista governado por uma ditadura democrática popular liderada pela classe trabalhadora e baseada em uma aliança de trabalhadores e camponeses” (China, 2018, texto digital, tradução livre), diversos pesquisadores[1] questionam se a atual forma de funcionamento do governo pode ser definida como socialista.

[1] Para esse debate sobre o governo chinês ser socialista ou não, ler: Jabbour e Dantas (2020), LIN *et al* (1996), Lyrio (2010) e Saes e Saes (2013).

Além disso, diferentemente de outros países que também adotaram modelos socioeconômicos alternativos ao capitalismo, a China apresenta um desempenho econômico singular. Isso porque os índices de crescimento médio anual se mantêm acima de 4% desde 1980, atingindo picos de 14% nos anos de 1984, 1992 e 2004. Durante o período de 1981 a 2005, o PIB da China saiu de USD 195 bilhões para USD 2,2 trilhões representando um crescimento médio anual de 9,8% (Nonnenberg, 2010). Após isso, o crescimento médio chinês foi de 9,1% para o período de 2005 a 2018, com o PIB atingindo USD 13,8 trilhões em 2018 e após a pandemia de COVID-19, a média de crescimento desacelerou para 5,4% chegando ao PIB de USD 17,7 trilhões no ano de 2021 (Banco Mundial, 2023).

Já segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[2], elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos de 1990 e 2021, o IDH da China passou de 0,484 para 0,768, correspondendo a 58,7% de aumento. Da mesma forma, o PIB per capita (PPP)[3] da China cresceu cerca de 1.092% disparando de USD 1.468,50 em 1990 para USD 17.504,40 em 2021 (Conceição *et al*., 2022). Além disso, a relevância atual da China para a economia mundial é evidente. Segundo relatório divulgado em 2022 pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2021 a China era responsável por 15,5% de todas as exportações mundiais e por 11,9% de todas as importações do mundo (Koopman *et al*., 2022). Considerando a importância do país, faz-se necessário analisar com maiores detalhes como o sistema político-econômico socialista foi estabelecido e como esse sistema contribuiu para a atual política da China.

1.1 Tema

Dada a atual importância, tanto política quanto econômica, da China para o Sistema Internacional, torna-se imprescindível discutir os fatores que contribuíram para que a atual conjuntura desse país represente uma ameaça ao *status quo* internacional. Assim sendo, o tema do presente estudo são os impactos da adoção da economia planificada socialista na China durante a Era Maoísta que ocorreu entre os

[2] O IDH mede de forma geral e resumida o desenvolvimento humano em três dimensões básicas: renda, educação e saúde.
[3] O PPP demonstra quanto do PIB caberia a cada indivíduo se esse fosse dividido em partes iguais.

anos de 1949[4] e 1976[5].

1.2 Problema

Os estudos sobre uma nova forma de organização do Estado, além do capitalismo, não são recentes ou escassos. Mesmo assim, a alternativa mais conhecida ao capitalismo é o socialismo que ganhou mais notoriedade com as obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Os trabalhos deles, bem como dos diversos autores que se inspiraram neles, originaram o socialismo marxista que foi a base teórica da criação do primeiro Estado Socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que, por sua vez, exerceu grande influência sobre a adesão da China ao socialismo.

Desde então, a ideologia marxista se espalhou pelo mundo e se tornou um fator central nas relações internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial. Porém com o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS, o socialismo foi lentamente perdendo a sua relevância na política internacional. E mesmo com a evidente decadência desse sistema, a China ainda se declara como socialista e evoluiu muito desde o fim da URSS em 1991, especialmente no âmbito econômico, conforme já demonstrado anteriormente. Dessa forma, se faz necessário compreender como a implementação da economia planificada socialista afetou a economia da China durante a Era Maoísta?

1.3 Objetivos

O presente estudo tem como objetivo entender os impactos da implementação da economia planificada socialista entre os anos de 1949 a 1976, a Era Maoísta. Mais especificamente, pretende-se:

a) Compreender como a China se tornou socialista;
b) Examinar o impacto econômico do socialismo chinês analisando os resultados da implementação desse sistema;
c) Entender as razões que levaram a China a adotar medidas econômicas liberais a partir da década de 1970;

[4] Ano do estabelecimento da República Popular da China.
[5] Ano da morte de Mao Tse-Tung que representou, oficialmente, o fim da Era Maoísta.

1.4 Justificativa

A China desempenha um papel importante no mundo, sendo um líder regional que exerce grande influência na política internacional e na economia mundial. Além disso, por suas características únicas tanto culturais quanto sistêmicas, esse país desafia a atual configuração de poder internacional. Tanto que é considerada por muitos pesquisadores, citados anteriormente, como o futuro novo centro hegemônico do mundo.

Posto isso, é necessário estudar sobre esse Estado e o que o torna tão dissonante e importante. Com esse fundamento surge o atual trabalho, uma tentativa de compreender as implicações da adoção do socialismo no caso da China. Mais especificamente, como a economia socialista afetou o poderio econômico chinês durante a Era Maoísta, dado o singular crescimento econômico observado a partir da década de 1980. Fazendo com que esse país desempenhasse a função de adversário da atual hegemonia, não só economicamente, mas principalmente ideologicamente.

1.5 Procedimentos metodológicos

Esta seção é destinada à abordagem dos procedimentos metodológicos que serão utilizados na coleta de informações e dados pertinentes à pesquisa. Assim como, especificar quais as características do presente estudo.

Como o tema da pesquisa em voga são os impactos da implementação da economia planificada socialista na China, um assunto já conhecido e estudado por outros pesquisadores, essa pesquisa é classificada como teórica ou básica, conforme definição de Zanella (2006). Além disso, segundo o conceito de Gil (2002), o presente trabalho consiste em uma pesquisa descritiva por objetivar o detalhamento das características de um fenômeno e estabelecer uma relação entre suas variáveis que nesse caso é a adoção da economia socialista e o desempenho econômico da China.

Ainda segundo Zanella (2006), a atual pesquisa adequa-se à abordagem qualitativa por focar no entendimento do processo e por ter como objetivo determinar e descrever de forma detalhada e aprofundada sobre específico tema. Os procedimentos técnicos utilizados serão a pesquisa bibliográfica e documental. Posto isso, as informações serão secundárias.

Por fim, o presente trabalho busca estudar a forma como a economia socialista impactou a China. Para isso, a seção 2 irá debruçar-se sobre o surgimento e definição do socialismo como sistema político e econômico, bem como, algumas das ramificações mais notórias dele. A seção 3 abordará como a China adotou o sistema socialista e quais os resultados dessa adoção. E para concluir, as considerações finais.

2 SISTEMAS ALTERNATIVOS AO CAPITALISMO

Apesar de atualmente ser difícil desassociar o comunismo de seu autor mais conhecido, Karl Marx, menções a essa forma de organização da sociedade existem há muito tempo. Os primeiros pensadores comunistas acreditavam que os povos paleolíticos de caçadores-coletores seriam, historicamente, os primeiros grupos sociais comunistas, pois a organização dessas sociedades era absolutamente igualitária, não havendo a estratificação por classes. Inclusive, esses pensadores nomearam a forma de organização desses povos de comunismo primitivo (Lanslor *et al.*, 2021).

Segundo Engels (2010), diversas correntes religiosas de origem cristã e judaica pregavam a vida em comunidade, o igualitarismo e o compartilhamento entre todos, conceitos que são recorrentes nas suas escrituras sagradas. E, no século XVIII, com a Revolução Francesa, a ideia de redistribuição da riqueza tomou forma e influenciou diversos pensadores da época. Um dos pensadores influenciados foi o jornalista político François-Noël Babeuf, mais conhecido como Graco Babeuf. Ele foi o líder da Conspiração dos Iguais (1796) que defendia a divisão dos bens e do trabalho entre a população.

Essa conspiração pretendia executar um golpe de Estado para instaurar na França um governo que materializasse esses ideais de igualdade. Porém, o movimento foi fortemente reprimido pelo Diretório[6] e os seus participantes foram condenados à morte. As obras de Babeuf são consideradas por muitos autores, dentre

[6] O Diretório foi o órgão responsável pelo poder executivo da Primeira República Francesa que foi instaurada durante a Revolução Francesa ocorrida em 1789.

os quais Karl Marx (2008), como precursoras do comunismo. Apesar disso, foi apenas nas décadas de 1830 e 1840 que os conceitos de igualdade do comunismo se tornaram amplamente conhecidos na Europa.

Ainda assim, a maior contribuição para essa preconcepção do comunismo ocorreu por Philippe Buonarroti, participante da Conspiração dos Iguais, quando ele utilizou os pensamentos de Babeuf para escrever o livro Conspiração para a Igualdade, publicado em 1828. Esse livro inspirou a organização dos primeiros grupos comunistas: a Liga Comunista Cristã dos Justos, criada em 1836 sob liderança de Wilhelm Weitling e o Comitê de Correspondência Comunista, fundado em 1846 por Karl Marx (Lanslor *et al*., 2021). Ainda segundo Lanslor (2021), os dois grupos foram unificados no partido político Liga Comunista em 1847 e passaram a ter como líder o alemão Karl Schapper. No mesmo ano da fusão, Schapper designou a tarefa de escrever um manifesto com as ideias comunistas do partido a dois membros fundadores: Karl Marx e Friedrich Engels. Esse manifesto se tornou uma das obras mais difundidas sobre o socialismo, o Manifesto Comunista.

2.1 Marxismo

Karl Marx dedicou a maior parte de sua vida à pesquisa do comunismo e à articulação política do movimento comunista. A contribuição de Marx para essa teoria resultou em um novo paradigma que hoje é conhecido como marxismo. Esse novo paradigma defende a ideia de que a sociedade humana se desenvolve por meio do conflito de classes. No caso do modo de produção capitalista, isso se manifesta na oposição entre a classe dominante, chamada de capitalista, que detém a posse dos meios de produção e a classe trabalhadora, denominada de proletariado, que vende a sua força de trabalho pela remuneração financeira (Marx, 2017).

Como contraponto, o também filósofo e economista Adam Smith (1996) abordou em sua obra, A Riqueza das Nações, questões econômicas com enfoque no funcionamento do sistema capitalista. No entanto, diferentemente de Marx, Smith acreditava nos conceitos de "mão invisível", onde a busca dos interesses individuais no mercado resulta em benefício coletivo; da divisão do trabalho, que aumenta a produtividade ao especializar as tarefas; e da defesa do livre mercado e livre comércio como promotores de inovação e bem-estar geral. Ao contrário de Marx que argumentava que o trabalho é exploração, chegando inclusive a fazer afirmações de

que todo trabalho é escravo, Smith percebia o trabalho como enriquecedor, tanto no sentido material quanto no sentido filosófico.

Além disso, Marx pressupõe que a natureza instável e propensa a crises do capitalismo o levaria à autodestruição. O autor defendia que esse processo iria acontecer através do desenvolvimento da consciência de classe por parte dos trabalhadores, uma vez que o proletariado, ao reconhecer a exploração inerente a suas condições, poderia iniciar uma revolução organizada a fim obter poder político e estabelecer uma sociedade comunista sem classes (Marx; Engels, 2017). Para chegar nessa hipótese, Marx estudou intensamente a forma como o capitalismo funciona e os mecanismos que o legitimam.

Com a finalidade de compreender melhor o contexto e as influências do marxismo, se faz necessário desenvolver como ocorreu o surgimento e qual é a definição do materialismo histórico, metodologia criada pelo seu autor. Esse método foi o resultado do contato que Marx teve com o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, filósofo fortemente influenciado pelo Iluminismo[7]. Essa influência é demonstrada na crença de que é possível compreender a existência e o funcionamento de todas as coisas. Com esse pensamento, as obras de Hegel têm como objetivo explicar a realidade por meio de seu funcionamento.

De forma breve, a explicação do filósofo é de que o mundo se desenvolve por meio das ideias. Segundo ele, esse desenvolvimento ocorre através do processo dialético entre três formas de ideias: a tese, a antítese e a síntese. A tese representa o estágio inicial de um conceito ou pensamento que será negado pela antítese, a oposição da ideia inicial. Dessa contradição surgirá a síntese incorporando elementos dos dois conceitos anteriores. No entanto, a síntese é em si, uma nova tese que também será negada, criando assim, um processo que se repete continuamente (Fuini, 2022).

Para Hegel, essa constante de ideias que se desenvolvem e se transformam, impulsionariam a evolução da humanidade rumo a um estado de liberdade e razão absoluta (Fuini, 2022). Em outras palavras, essa dialética eventualmente culminaria em uma ideia que seja a síntese de todas as anteriores, conhecida como a ideia

[7] O Iluminismo é um movimento europeu dos séculos XVII e XVIII que defendiam a propagação do conhecimento e da ciência como forma de provocar mudanças políticas, econômicas e sociais com o objetivo de melhorar as condições de vida da população da época. Os iluministas acreditavam especialmente em enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso.

absoluta. Esse processo dialético foi incorporado e adaptado por Marx no materialismo histórico que substituiu as ideias de tese, antítese e síntese pela luta de classes. Ademais, a dialética marxista introduziu dois novos conceitos: superestrutura e subestrutura. A subestrutura corresponde ao sistema econômico e a superestrutura ao sistema cultural e político (Musse, 2012). Por fim, Marx também considerava que o descompasso entre as duas estruturas era a principal fonte de ruptura e conflito social.

Outra troca feita por essa nova dialética é de que o desenvolvimento da sociedade não ocorre pela evolução das ideias e sim, pelas contradições das classes sociais. Nas palavras do próprio autor “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2017, p. 14). Dessa forma, a dialética de Hegel que é idealista por basear o progresso da humanidade nas ideias e conceitos se torna, através de Marx, materialista por fundamentar essa evolução no mundo material das relações sociais e econômicas.

Utilizando o materialismo histórico, Marx fez um extenso estudo da história sob a perspectiva das relações de trabalho. Ele argumentou que em todos os modos de produção houve uma classe dominante e uma classe dominada, o opressor e o oprimido, e que todos esses modos foram pautados na exploração da classe dominada pela classe dominante. Essa oposição ininterrupta das classes sempre resultou na reestruturação completa da sociedade ou na destruição de ambos os lados (Marx; Engels, 2017). Portanto, de acordo com a lógica do marxismo, a reestruturação completa do capitalismo levaria ao socialismo e posteriormente, ao comunismo.

Marx também acreditava que o capitalismo precisa utilizar métodos para legitimar e submeter as pessoas à exploração de sua força de trabalho, e que esses métodos são fundamentais para a manutenção do capitalismo. Uma das formas mais conhecidas de submeter os trabalhadores à exploração capitalista é explicada através do conceito de alienação. Em seu livro Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx (2004) determina que a alienação é retratada de quatro formas relativas: ao produto do trabalho, ao processo produtivo, à existência do trabalhador enquanto ser humano e aos outros indivíduos.

A alienação em relação ao produto do trabalho é a incapacidade do trabalhador de se reconhecer como parte importante do produto, que é resultante de seu trabalho (Marx, 2004). Assim, nenhum dos indivíduos responsáveis pela criação do produto detém a sua posse, sendo essa reservada exclusivamente à empresa detentora dos

meios de produção. Ao final do processo produtivo, o proletário se limita a receber o seu salário e o destino da mercadoria, bem como seu valor, serão definidos de acordo com o que for mais conveniente aos donos da empresa. Esse processo, além de garantir a riqueza dos capitalistas em detrimento dos trabalhadores, torna o produto um ser independente e estranho a qualquer pessoa que nele trabalhou. Além de, muitas vezes, tornar o produto do trabalho inacessível ao trabalhador que o fabricou.

A segunda face da alienação é a relativa ao processo de produção ou, na terminologia de Marx (2004), é a alienação da atividade e a atividade da alienação. De acordo com ele, se o trabalhador é alienado em relação ao produto de seu trabalho, o indivíduo também se torna alheio e dissociado em relação ao processo produtivo. Posto de outra forma, sendo o produto do trabalho um ser independente ao proletariado, o trabalho em si também é externo aos indivíduos (Marx, 2004). Sendo assim, Marx defende que o ato de trabalhar é uma autonegação de quem o desempenha, porque quando o fator que define o trabalho não é a necessidade do trabalhador e sim, a necessidade do capitalista cria-se a negação do trabalhador como ser humano individual detentor de suas próprias vontades e desejos. O trabalhador se torna apenas mais uma ferramenta do processo produtivo.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a alienação do homem enquanto membro da espécie humana é apresentada. Para Marx (2004), o trabalho distancia o indivíduo de sua condição humana porque o separa da vida em comunidade e consequentemente, de sua função como espécie consciente capaz de modificar a natureza por razões além da simples necessidade animal. O autor utiliza o argumento de que cada animal é definido por sua atividade vital, que nada mais é do que a atividade de satisfazer as suas carências fisiológicas. Já o ser humano, dotado de consciência, é capaz de produzir para além de suas necessidades biológicas. O trabalho, então, perverte essa noção ao se tornar a atividade vital do homem ao passo que serve apenas para garantir a subsistência individual (Marx, 2004).

Com isso, o homem se torna válido apenas enquanto cumprir sua função de trabalhador e perde seu valor como ser humano parte de uma espécie. Essa diminuição do sujeito em um trabalhador preocupado apenas com a própria sobrevivência despe a vida de seu sentido, pois o produto do trabalho não tem valor para quem o produz, a atividade de produção não satisfaz quem a desempenha e o trabalho não enriquece o gênero humano como um todo. A vida passa a ser uma objetificação e o homem é explorado pelo próprio homem (Marx, 2004). Ao mesmo

tempo em que o produto se torna um ser independente[8], o ser humano se transforma em uma coisa[9], uma ferramenta do trabalho que existe para servir outro homem: o capitalista.

Além do conceito de alienação, Marx introduz outra teorização de um mecanismo utilizado para legitimar a exploração capitalista: a ideologia, que é o conjunto de ideias que refletem os interesses da classe dominante de uma época, mas que são vistas pelos contemporâneos como universais e eternas (Marx; Engels, 2007). Essas crenças servem o propósito político de manter o proletariado alheio a sua exploração enquanto cumprem a função de manter e dar legitimidade ao poder das classes dominantes. Conforme explicado por Marx (2004), a alienação e exploração são características definidoras do capitalismo.

Essa noção de manipulação psicológica capitalista foi a justificativa do governo chinês para a execução da Revolução Cultural iniciada em 1966 que terminou em 1976 com a morte de Mao Tsé-Tung e também com o fim da Era Maoísta. A Revolução Cultural consistiu em um período de intensa mobilização política e social liderado por Mao para reafirmar o poder do Partido Comunista Chinês e eliminar qualquer rivalidade dentro do partido (Shu, 2005). A revolução foi efetuada sob o pretexto de eliminar influências percebidas como burguesas, contrarrevolucionárias e capitalistas, resultando em uma ampla repressão e perseguição violenta de quem desafiasse o Partido e, consequentemente, na desestabilização social.

Ademais, somando-se à alienação e ideologia, outro aspecto específico do capitalismo são as depressões cíclicas recorrentes que levam ao desemprego em massa. Marx sugeriu que com o decorrer do tempo os investimentos financeiros seriam destinados cada vez mais para o desenvolvimento de novas tecnologias ao passo que os recursos direcionados ao trabalho diminuiriam. Ainda de acordo com as crenças de Marx, uma vez que o lucro deriva da mais-valia apropriada do trabalho, a taxa de lucro cairia à medida que a economia crescesse. Como resultado disso, ele acreditava que crises cada vez mais graves surgiriam nesse ciclo de crescimento e colapso, e a longo prazo, isso enriqueceria e fortaleceria a classe capitalista enquanto empobreceria o proletariado (Marx, 2004).

---

[8] A percepção dos bens como seres independentes é chamada de fetichização da mercadoria e também é, segundo Marx, uma das fontes do consumismo (Marx, 2004).

[9] Esse processo de transformar o ser humano em coisa através do trabalho é denominado de reificação ou coisificação (Marx, 2004).

Essa hipótese de crises cíclicas do capitalismo de Marx, foi uma grande influência no trabalho do economista russo Nikolai Kondratiev. Ele propôs que o capitalismo se desenvolve em ciclos prolongados de 40 a 60 anos, com duas fases distintas: a fase ascendente (fase A) e a fase descendente (fase B). Essas fases cíclicas de longo prazo seriam características inerentes da economia capitalista (Pennaforte, 2011). De acordo com Martins (2009, p. 06), a inovação tecnológica se encontra na base dos Ciclos de Kondratiev pois:

> O surgimento de novos paradigmas tecnológicos exige novas formas de organização do trabalho, das empresas, do Estado e novos conteúdos de políticas públicas. Entretanto, este é um processo lento. Durante o desajuste entre as dimensões físicas e organizacionais das novas tecnologias, cai significativamente a taxa de lucro e a acumulação tende a se deslocar para o setor financeiro, apoiando-se nos juros e na geração de capital fictício, o que provoca significativa redução nas taxas de crescimento econômico per capita. Durante as fases em que essas dimensões se ajustam, a taxa de lucro sofre uma forte ascensão e a acumulação se reorienta para o setor produtivo, elevando significativamente as taxas de crescimento per capita. O ajuste é instável e desenvolve-se numa trajetória pontuada por inovações primárias, secundárias e terciárias.

Marx também defendeu que, tal como aconteceu com o feudalismo, as forças produtivas não estão mais se desenvolvendo de forma a proporcionar as condições da propriedade burguesa. Dessa forma, o desenvolvimento de uma nova indústria destrói as bases nas quais a classe dominante se apropria dos produtos, sugerindo que a queda da burguesia e a vitória do proletariado são iminentes. Em suma, Marx e Engels (2017) acreditavam que a propriedade privada dos meios de produção é insustentável e que seria superada pelo desenvolvimento da consciência de classe das forças produtivas da sociedade.

Com o livro A Ideologia Alemã, publicado pela primeira vez em 1932, Marx e Engels (2007) idealizaram uma nova sociedade que surgiria após o capitalismo. Para eles, com o proletariado exercendo o domínio dos meios de produção, seriam estimuladas relações sociais que eventualmente acabariam com qualquer tipo de classe dominante. Isso seria o começo de um modo de produção menos vulnerável a crises cíclicas em que não existiria alienação e o ser humano seria livre para agir sem estar acorrentado pelo trabalho. No entanto, entre o modo de produção capitalista e essa nova sociedade utópica, seria necessário estabelecer a ditadura do proletariado (Marx; Engels, 2017). Essa ditadura, conforme teorizada por Marx e Engels, consiste na tomada do poder político pela classe trabalhadora que, por sua vez, redistribuiria os meios de produção à força.

As ideias de Marx tiveram um grande impacto tanto na política mundial quanto no pensamento intelectual. Os seguidores de Marx continuam a debater sobre como interpretar e aplicar seus conceitos no mundo atual. No entanto, o legado do pensamento de Marx é contestado por diferentes tendências, cada uma reivindicando ser a interpretação mais precisa de suas ideias. Politicamente, essas tendências incluem o leninismo, o marxismo-leninismo, o trotskismo e o maoísmo.

2.2 Maoísmo

Entre as diversas correntes do pensamento marxista, é imprescindível discutir o maoísmo dada a sua importância para a constituição da China. Destarte, o maoísmo é uma corrente do marxismo-leninismo que se desenvolveu na China sob a liderança de Mao Tsé-Tung, líder da Revolução Chinesa e fundador da República Popular da China em 1949. Esta corrente se consolidou durante a Revolução Chinesa e, posteriormente, se espalhou por diversos países ao redor do mundo. O maoísmo pode ser definido como uma teoria, estratégia e tática da revolução proletária de um país oprimido e semicolonial em sua fase de desenvolvimento (Viana, 2014).

A criação das bases do maoísmo iniciou-se em 1949 com o estabelecimento do Partido Comunista Chinês (PCC). E embora o lado dos comunistas liderados por Mao Tsé-Tung tenha saído vitorioso frente ao Kuomintang, o destino do país permanecia incerto. Ficou a cargo do PCC, a decisão de como fazer a transição para o socialismo de um país praticamente feudal que estava devastado, desorganizado economicamente e com a inflação descontrolada após décadas de invasões estrangeiras, guerras com o Japão e guerras civis (Damas, 2014). Ainda assim, o partido tinha o claro objetivo de estabelecer uma economia de planejamento central.

No entanto, para obter sucesso ao organizar a economia da China de acordo com o planejamento centralizado, se fazia imprescindível desenvolver a incipiente indústria e agricultura. Em relação ao último, desenvolver a agricultura se tornou uma questão central no planejamento do governo, pois a China contava com uma população de pouco mais de 540 milhões já em 1950 (ONU, 2023). A questão da agricultura pouco desenvolvida, o grande contingente populacional e a necessidade de modernizar e urbanizar o país se provou um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo PCC com a Grande Fome Chinesa de 1958 a 1961. Estima-se que durante esse período entre 25 e 30 milhões de chineses morreram de fome em decorrência das

políticas inadequadas do governo (Damas, 2014).

A fundamentação teórica do desenvolvimento chinês, na sua fase inicial, era majoritariamente baseada nas ideias marxistas e na experiência soviética, em especial na Nova Política Econômica ou NEP (do inglês *New Economic Policy*) da União Soviética criada por Kondratiev e defendida por Lênin (Mikhailova, 2013). Essa política reconhecia a necessidade de promover a modernização antes de revolucionar as relações de produção. Dessa forma, durante a vigência da NEP, a União Soviética permitia a coexistência da propriedade privada e estatal. Porém, com a morte de Lênin e a ascensão de Stalin, a política foi descontinuada, pois o novo chefe de governo tinha uma perspectiva distinta, desconsiderando o gradualismo proposto anteriormente. Mesmo com a ausência de forças produtivas capazes de suportar uma evolução ou ruptura nas relações de produção existentes, Stalin optou pela coletivização durante o segundo Plano Quinquenal (1928-1932), com o objetivo de explorar os benefícios da produção agrícola em grande escala, visando acelerar a mecanização agrícola e a industrialização.

Assim sendo, o novo governo da China tinha três opções para alcançar o desenvolvimento econômico necessário para adotar a economia socialista planificada: adotar o capitalismo em formato similar ao existente nos Estados Unidos (1), gradualmente modernizar o país de acordo com Lênin (2) ou promover a rápida transição ao socialismo conforme feito por Stalin (3). A alternativa escolhida foi a da promoção gradual da modernização, desenvolvida por Kondratiev na forma da NEP, mesmo isso significando que a propriedade privada continuaria existindo durante o período de transição. Os motivos para essa escolha, no entendimento de Damas (2014, p. 48), são:

> Obviamente a primeira alternativa estava fora de questão e não era seriamente levada em consideração pela liderança do partido. Apesar das precárias forças de produção existentes à época, o capitalismo certamente teria sido a escolha mais apropriada como meio de acumulação de capital, visto que a economia chinesa pós 1949 ainda era extremamente primitiva, quase feudal, com algumas situações de escravidão na parte ocidental da província de Sichuan. Apesar da presença de modernos parques industriais em Xangai e Manchúria, estes últimos herdados da presença japonesa no país, o consenso geral alcançado pelas lideranças do partido era de que o modo de produção chinês era nitidamente caracterizado como feudalismo e capitalismo, de tal sorte que a China precisava iniciar um processo de acúmulo de capital, modernizar seu aparato tecnológico e criar uma força de trabalho livre, que seriam as condições necessárias para o estabelecimento de uma economia capitalista que precederia o socialismo, o qual por sua vez seria a etapa anterior ao objetivo final de uma sociedade igualitária com uma economia de planejamento central ou comunista. Não havia como aventar a possibilidade, pelo menos não de acordo com a teoria marxista de formação

> social, de a economia chinesa iniciar um processo de transição acelerado para uma economia comunista, nem mesmo socialista, sem antes angariar as forças de produção de uma economia capitalista, condição necessária para a evolução da base econômica e a ruptura desse último modo de produção para os modos subsequentes caracterizados por diferentes relações de produção.

A ideia dos políticos chineses era de permitir uma aliança entre burguesia e proletariado durante 10 a 15 anos a fim de modernizar o país para que, finalmente, o modo de produção pudesse ser reconstruído. De acordo com Damas (2014 *apud* Maddison, 2001; Maddison, 2003), do ponto de vista econômico era inquestionável que a abordagem de transição gradual era a mais adequada. Enquanto os territórios que se uniram à União Soviética durante o período leninista exibiam um Produto Interno Bruto (PIB) per capita em torno de USD 1.488, o PIB per capita da China em 1952 era de apenas USD 537. Isso corrobora a argumentação de que até mesmo a União Soviética, com um maior nível de renda per capita e mais recursos financeiros para sustentar um crescimento acelerado, optou por adotar uma abordagem gradual e progressiva.

Além de adotar a estratégia defendida por Lênin, Mao Tse-Tung também acreditava que o comunismo é um produto da ação do partido, ator que garante a revolução e a implantação do socialismo. Nesse sentido, a defesa do uso da violência era comum na concepção maoísta, o que é coerente com a inspiração militar de Mao (Viana, 2014). Dessa forma, para o maoísmo, o desenvolvimento das forças produtivas era o objetivo principal e o uso da violência e a derrota do inimigo eram fundamentais para alcançá-lo. Essa estratégia foi aplicada efetivamente na Revolução Chinesa e em outras revoluções não apenas na China, mas também ao redor do mundo.

Além disso, o socialismo de Mao não é tão divergente da concepção leninista e stalinista porque trabalha com os mesmos elementos ideológicos centrais: industrialização e desenvolvimento das forças produtivas, estado proletário, transição ao comunismo, etc. Juntamente com esses, o pensamento maoísta também é influenciado pelo confucionismo, mesmo com Mao tecendo algumas críticas a ele (Matzken, 1979). A valoração do indivíduo e das relações humanas presentes no maoísmo são ideias derivadas e herdadas de Confúcio. Assim sendo, essa se torna a principal base de sua diferenciação teórica em relação a Lênin e Stalin.

Outra ideia fundamental do maoísmo é a concepção de que a luta de classes não deve se limitar ao âmbito econômico, mas deve abranger também a cultura e a

ideologia. Mao afirmou que para alcançar uma verdadeira revolução era necessário "combater os quatro velhos": velhos costumes, velhas culturas, velhos hábitos e velhas ideias (Shu, 2005). Isso enfatizou a necessidade de uma revolução cultural para eliminar as influências burguesas e capitalistas ocidentais, assim fortalecendo o poder do proletariado chinês. Essa teoria tornou-se a base para a campanha que varreu a China em 1966 e que desencadeou um período de intensa violência, repressão e instabilidade política conhecido como a Revolução Cultural.

A Revolução Cultural foi a última política de grande escala e marcou o fim da Era Maoísta. Durante esse período, Mao buscou transformar simultaneamente o modo de produção, as relações trabalhistas e os pensamentos da população. Usando a terminologia marxista, Mao teve como objetivo modificar a superestrutura e subestrutura da sociedade. Para isso, Mao junto de outros líderes do partido elaboraram a estratégia da Terceira Frente que consistia na reforma educacional urbana e no realocamento de jovens da área urbana como professores nas áreas rurais, nas relações de produção baseadas na propriedade coletiva, na coletivização rural e na intensa mobilização da mão de obra preparando o campo para a mecanização (Damas, 2014). Ademais, o processo de transformação das relações de produção seria efetuado simultaneamente com o processo de industrialização militar.

Embora tenha sido um movimento de grande importância na história da China e do comunismo internacional, o maoísmo foi criticado por muitos pelos seus excessos e erros. Alguns autores condenaram a falta de democracia interna nas organizações maoístas, bem como a tendência ao culto da personalidade em torno de Mao Tsé-Tung (Viana, 2014). Inclusive o Partido Comunista Chinês, quando liderado por Deng Xiaoping, abandonou as políticas maoístas no final da década de 1970 e passou a promover uma série de reformas econômicas e políticas que levaram à abertura do país ao comércio global e à modernização da economia chinesa.

2.3 Economia planificada socialista

Ainda que Marx tenha escrito extensivamente sobre o socialismo, comunismo e o capitalismo, com destaque para as relações de trabalho capitalistas, ele abordou apenas de forma limitada a concepção de um Estado propriamente comunista. A maior parte dessa teorização foi feita por outros pesquisadores como Lênin, Trotsky e Bukharin que contribuíram de maneira significativa para a construção da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o primeiro país socialista da história fundado em 1917. Suas contribuições foram fundamentais para a formulação de políticas e práticas que moldaram o modelo soviético de socialismo e influenciaram a trajetória histórica do movimento socialista.

A experiência soviética é fundamental para compreender como as economias socialistas se caracterizam, já que a maior parte dos casos socialistas foram influenciados, em maior ou menor grau, por ela. O modelo soviético de socialismo possui três características principais. A primeira é a centralização da economia sob o controle de um partido político único. A segunda é a adoção de instituições econômicas baseadas na propriedade estatal ou coletiva dos meios de produção, idealmente permitindo apenas a existência de propriedade privada para bens de consumo. E o terceiro aspecto é a utilização do planejamento central compulsório como principal forma de coordenação econômica, com as instituições de mercado desempenhando um papel secundário (Saes; Saes, 2013).

No entanto, esses três aspectos centrais somente foram desenvolvidos após o amadurecimento da URSS, com Joseph Stalin no cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética. Inicialmente, a organização do Estado recém-estabelecido foi objeto de um profundo debate entre os socialistas. Todos os proeminentes líderes do partido concordavam que os meios de produção deveriam ser socializados e a propriedade privada deveria ser abolida (Visentini, 2017). Porém, não havia concordância em relação a forma de atingir esses objetivos. Na realidade, as primeiras medidas tomadas pelo governo foram uma resposta imediata a pressões e demandas emergenciais.

As primeiras medidas do governo foram decretar toda terra como propriedade nacional, nacionalizar os bancos privados, repudiar a dívida externa e estabelecer um monopólio estatal no comércio exterior. No entanto, essas decisões não refletiam apenas a estatização característica do socialismo, mas também tentativas de melhorar uma economia frágil, conforme dito por Saes e Saes (2013, p. 419):

> Essas medidas, embora tenham um lado “estatizante”, respondiam também a necessidades urgentes de uma economia em precárias condições: nacionalizar os bancos permitia o controle do crédito; o monopólio do comércio exterior e a negação da dívida procuravam equacionar as dificuldades do setor externo da economia russa. Aliás, nesses primeiros meses do novo governo, não foi decretada a nacionalização das empresas industriais e, embora fosse admitido o princípio do controle operário, não houve estímulo ao confisco violento das fábricas pelos trabalhadores.

No entanto, essa situação foi compelida a mudar apenas um ano após a Revolução Russa, em 1918. Isso porque a URSS teve de enfrentar uma Guerra Civil de caráter contrarrevolucionário. Com isso, o país adotou medidas associadas ao chamado "comunismo de guerra" nacionalizando grandes empresas para suprir as necessidades militares. Essa situação agravou ainda mais a situação precária da economia e se fez necessário adotar mudanças significativas (Visentini, 2017). Nesse contexto, Lênin propôs a adoção da Nova Política Econômica (NEP) que consistia na adoção de medidas capitalistas como a reintrodução do sistema bancário estatal, trabalho assalariado, transmissão hereditária da propriedade, comércio interno privado e lançar apelos ao capital estrangeiro para abertura de empresas mistas no país.

Segundo Saes e Saes (2013), a NEP obteve sucesso ao recolocar a produção agrícola e industrial no nível pré-Guerra. Porém, com a morte de Lenin em 1924, os debates sobre os rumos do socialismo no país foram retomados e dois principais grupos surgiram. A ala direita de Bukharin e a ala esquerda liderada por Trotsky. Ambos os grupos reconheciam a necessidade da criação e utilização do excedente agrícola, porém discordavam no que se refere à forma de obtê-la. O primeiro grupo defendia que o crescimento da economia camponesa aumentaria a demanda possibilitando a geração de excedentes exportáveis para a importação de equipamentos industriais. Por outro lado, a ala esquerda propunha medidas como a coleta forçada do excedente através de impostos, ajustes nos preços e redução do consumo dos camponeses como forma de fomentar a industrialização.

Enquanto ambos os grupos discutiam, Stalin emergiu como líder político e afastou violentamente os seus rivais do poder, a maioria da ala esquerda de Trotsky. Com Stalin, foi estabelecido o planejamento central da economia soviética baseado nos princípios de priorização da construção da indústria pesada para garantir o crescimento, promoção da industrialização com base na extração do excedente agrícola e os Planos Quinquenais como instrumento de mobilização e controle da economia (Saes; Saes, 2013). Dessa forma, houve o retorno à estatização e coletivização da agricultura. Ainda assim, a adoção dessas políticas foi alvo de grande resistência, resultando em conflitos violentos, fome e a morte de milhões de pessoas. Portanto, essa política teve impactos significativos na vida rural e na economia do país, levando a mudanças sociais e econômicas profundas.

Inclusive, de acordo com a pesquisadora Irina Mikhailova (2013), a formulação de uma economia socialista no caso da União Soviética foi muito prejudicada pela perseguição de Stalin a qualquer dissidência que pudesse existir dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Diversos intelectuais, como Kondratiev, foram presos e executados por apresentarem uma perspectiva divergente de Stalin. Um dos resultados disso foi que a elaboração do plano de governo submeteu-se a interesses políticos e ideológicos em vez de informações científicas e profissionais. Assim, a excessiva politização da esfera econômica levou a diversas desproporções e más decisões no desenvolvimento socioeconômico da União Soviética.

Já a experiência chinesa seguiu as três principais características da economia planificada socialista soviética, sendo elas a centralização do poder de tomada de decisões sob um partido único, geralmente com um líder tirano que elimina qualquer dissidência dentro do partido; a estatização ou coletivização dos meios de produção permitindo a existência de propriedade privada apenas para bens de consumo e a utilização de planos econômicos periódicos e de cumprimento compulsório como forma de coordenar a economia. E, somando-se a essas, a fase final do maoísmo trouxe mais uma característica ao socialismo chinês, a desconstrução de qualquer influência ocidental ou burguesa (Shu, 2005). Porém, faz-se necessário notar que, especialmente a partir dos anos 1970, diversas mudanças ocorreram no governo chinês propulsionadas e intensificadas pela morte de Mao Tsé-Tung em 1976.

Em suma, o marxismo teve um impacto significativo na política mundial e no pensamento intelectual sendo importante ressaltar que, apesar das controvérsias e dificuldades encontradas, as ideias de Marx influenciaram profundamente a forma como se entende a economia, a política e as relações sociais. Além disso, o debate em torno do marxismo continua a ser relevante e inspira reflexões sobre as desigualdades sociais e as formas de transformação da sociedade. Apesar das diferentes interpretações e experiências práticas, o marxismo como um todo busca a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes, na qual o ser humano seja livre da exploração. No entanto, a eficácia e os resultados dessas tentativas de implementação variaram e enfrentaram desafios significativos ao longo da história.

Foram através das ideias de Karl Marx que surgiram correntes como o leninismo, marxismo-leninismo, trotskismo e maoísmo, cada uma com suas interpretações e abordagens específicas. No caso do maoísmo, que surgiu na China

sob a liderança de Mao Tsé-Tung, foram implementadas políticas de estatização e coletivização dos meios de produção, além de uma revolução cultural que trouxe instabilidade e violência e é a principal diferença entre o governo socialista chinês e o governo socialista soviético. Na seção a seguir serão abordadas as especificidades e os desafios enfrentados pela China a partir da Revolução Chinesa de 1949 em que houve a implementação de um governo e de políticas econômicas de inspiração marxista.

3 ERA MAOÍSTA E MUDANÇAS NA CHINA

A China é um Estado milenar que passou por diversas fases com formas de governo e políticas econômicas distintas. Considerando que abordar a totalidade dessa história é uma tarefa extensa e complexa, na presente seção será desenvolvido o contexto histórico a partir do século XVIII com ênfase em questões econômicas e políticas. A partir disso, serão elaboradas as condições que permitiram a criação da República Popular da China e o estabelecimento da economia planificada socialista. Assim como, as políticas promovidas durante a Era Maoísta, que durou de 1949 a 1976, e os resultados dessas políticas.

3.1 Condições para a Revolução Comunista Chinesa

Tendo em vista os fatores que possibilitaram a implementação de uma economia planificada socialista, o primeiro ponto importante de se mencionar é que, segundo Damas (2014), o Império chinês exerceu a hegemonia no continente Asiático até o século XVIII. A partir desse ponto, a hegemonia chinesa foi interrompida pelas potências europeias que passaram a fortalecer e expandir os seus impérios além de buscar o impulsionamento do comércio marítimo entre Europa e Ásia, com destaque para as regiões que hoje correspondem à Índia, Indonésia e Vietnã.

Apesar disso, o Império chinês não reconhecia a perda de sua hegemonia no continente e manteve uma posição protecionista no que se refere ao comércio internacional recusando-se a permitir a entrada de produtos estrangeiros no Império (Silva, 2017). O único ponto de entrada do país era o porto de Guangzhou e todas as

atividades estavam sob controle do Império Qing. Ainda que os chineses exportassem chá, porcelana e seda para alguns países europeus, as importações vindas da Europa eram baixas como consequência do protecionismo adotado na época. Esse desequilíbrio na balança comercial causou preocupação nos países europeus, em especial na Grã-Bretanha e na França, devido à diminuição de suas reservas de prata.

Para tentar reverter a situação, a coroa britânica enviou um emissário à China, em 1793, com o objetivo de persuadir o Império chinês a diminuir o protecionismo do comércio internacional (Silva, 2017). Apesar disso, o imperador chinês recusou-se a atender as demandas britânicas sob a justificativa de que as mercadorias provenientes da Inglaterra não interessavam à China. Por conta do fracasso dessa iniciativa, o governo britânico adotou uma nova estratégia de penetração na China: a de vender o ópio, visando suprir a crescente demanda pela droga no país (Damas, 2014). Mesmo com o ópio sendo proibido na China, o comércio da droga proveniente da Índia, que na época ainda era parte da colônia britânica, cresceu consideravelmente.

Com o aumento do consumo da droga pelos chineses, o país passou a enfrentar graves problemas sociais. Além disso, a balança comercial foi revertida em favor da Grã-Bretanha e o déficit chinês começou a aumentar rapidamente (Franke; Trauzettel, 1973). Como medida para combater ditos problemas, em 1839, o imperador Daoguang da China ordenou a apreensão e destruição de 20 mil caixas de ópio, que estavam no porto de Guangzhou. Essa ação levou o Império Britânico a declarar guerra à China, dando início à primeira Guerra do Ópio. Nessa guerra, os britânicos obtiveram uma vitória decisiva e a China foi obrigada a assinar o Tratado de Nanquim, em 1842.

O Tratado de Nanquim foi um resultado humilhante para a China, pois concedeu à Grã-Bretanha o controle da Ilha de Hong Kong, que só seria devolvida à China em 1997, após 155 anos. Além disso, a China foi obrigada a pagar pesadas indenizações de guerra e a impor tarifas de importação artificialmente baixas de apenas 5% (Damas, 2014). Esses tratados desiguais foram apenas o primeiro de uma série de acordos impostos à China (Silva, 2017). Além das vantagens concedidas aos britânicos, como impostos reduzidos sobre mercadorias importadas, os estrangeiros estabelecidos na China também gozavam do benefício da "extraterritorialidade", que os isentava do cumprimento das leis e regulamentos chineses.

Em 1854, sob o pretexto de revisar o Tratado de Nanquim e ampliar ainda mais os benefícios e privilégios dos britânicos na China, o Império Britânico declarou guerra novamente, impondo pesadas perdas financeiras ao regime Qing e provocando uma reação popular cada vez mais contrária ao governo imperial. Em 1870, o ópio representava 43% de todas as exportações com destino à China, sendo seguido pelo algodão, que representava 31%. Até 1910, o ópio era a terceira mercadoria mais relevante importada pelos chineses, correspondendo a aproximadamente 12% de todas as suas compras no exterior (Damas, 2014). Tudo isso afetou profundamente a soberania e o desenvolvimento econômico chinês.

Essa situação complexa fez com que a China do século XVIII e XIX fosse marcada por constantes invasões estrangeiras, imposições de tratados desiguais, revoltas internas e desintegração política. Entre as revoltas internas destacam-se a Revolução dos Taiping e a Revolta dos Boxers de 1850 e 1901, respectivamente. A Revolução dos Taiping surgiu quando Hong Xiuquan, após fracassar em suas quatro tentativas de ingressar no serviço público chinês, passou a acreditar que seria o irmão mais novo de Jesus Cristo. Com isso, Hong começou a estudar a Bíblia e a pregar sua interpretação do cristianismo pela China. Entre as ideias que faziam parte de sua interpretação estão a crença de que os manchus são demônios e que ao defenderem o Confucionismo estariam desviando a China do caminho da justiça e da crença no verdadeiro Deus. Por volta de 1850, o movimento contava com mais de 20 mil seguidores (Spence, 1990).

Pouco tempo após, o governo lançou um ataque ao local no qual Hong e seus seguidores haviam se estabelecido em Guangxi no sul da China. Ao sair vitorioso do ataque, Hong proclamou-se o “Rei Celestial do Reino Celestial da Grande Paz (Taiping)” em um claro desafio à Dinastia Qing (Silva, 2017). Na sequência, as forças Taiping marcharam por províncias do sul chinês, conseguindo somar recursos e seguidores. Após alguns fracassos iniciais, tomaram Hangzhou, Anqing e a capital do sul, Nanquim, no início de 1853. Mesmo com diversas revoluções tendo acontecido na China no mesmo período, a Revolução Taiping se destaca pelo seu intuito de transformação social e econômica que desafiava as bases da sociedade chinesa da época. Sobre isso, Silva (2017, p.8) comenta que:

> O programa dos Taiping propunha um igualitarismo radical, econômico, social e de gênero. Cada família teria direito a uma porção de terra equivalente ao tamanho de sua família, sem diferenciação entre homens e mulheres, e teriam direito a manter a produção necessária para sua subsistência. Todo o restante das riquezas deveria ser mantido em um tesouro comum, de modo

> que não haveria diferenciação socioeconômica entre os membros do movimento. Além disso, cada família deveria ter um membro indicado para participar da força militar.

A Revolução foi contida em 1864, após 14 anos do início do movimento e o que foi conseguido somente com o auxílio militar estrangeiro e das forças provinciais. Apesar da união ter servido ao propósito de conter o movimento, o império se tornou dependente dessas forças e foi coagido a fazer maiores concessões aos estrangeiros além de descentralizar o poder a fim de fortalecer as províncias (Silva, 2017). Ainda assim, a Revolução Taiping deixou um legado para os futuros revolucionários como Sun Yat-Sen e Mao Tse-Tung. Eles viam nos Taiping o exemplo na luta contra a exploração pelos estrangeiros e contra a Dinastia Qing (Han, 2005).

Além da Revolução Taiping, outro movimento importante foi a Revolta dos Boxers de 1901. A revolta ocorreu no contexto da ausência de uma autoridade central legítima capaz de deter todas as ameaças estrangeiras e unificar a China, o que tornava ainda mais evidente o declínio do Império Qing. A Revolta foi a resposta à presença estrangeira na China e foi uma reação popular apoiada pelo próprio governo. No entanto, mais uma vez, a força aliada de oito nações, como potências europeias, os Estados Unidos e o Japão, reprimiu violentamente a revolta (Damas, 2014). A ocupação da capital Pequim pelas forças aliadas resultou na imposição do Protocolo dos Boxers ao regime Qing, colocando o imperador em prisão domiciliar e concedendo às nações invasoras o controle total das receitas do governo.

Com o claro declínio da Dinastia Qing, que era originada na região da Manchúria, cresceu na China um sentimento anti-manchu liderado pela maioria étnica Han. Aproveitando-se desse sentimento, o Partido Nacionalista ou Kuomintang (KMT) foi fundado e começou a ganhar popularidade. O Partido foi fundado por Sun Yat-Sen, conhecido como o herói da Revolução Nacionalista que pôs fim ao império chinês em 1911 e estabeleceu a República da China no ano seguinte. Com a queda do regime imperial, a China passou por mudanças econômicas e políticas. Como por exemplo, de 1911 a 1927, o país foi marcado por guerras civis lideradas pelos nacionalistas contra os "senhores da guerra" com o objetivo de unificar o país e centralizar o poder. Durante esse período, houve uma relativa estabilidade e o governo nacionalista estabeleceu algumas bases para o desenvolvimento econômico chinês (Damas, 2014). No entanto, essa estabilidade foi rompida drasticamente com a invasão japonesa de Nanquim em 1937.

Segundo Damas (2014), durante essas quase três décadas, surgiram dois padrões distintos de desenvolvimento industrial na China. O primeiro refere-se à industrialização nas cidades portuárias chinesas, com exceção da região da Manchúria. No princípio, essa industrialização foi forçada pelas nações invasoras, porém, posteriormente, foi gradualmente seguida pelo desenvolvimento das indústrias locais pela população chinesa, com base nos contatos com empreendedores estrangeiros, que forneceram suas habilidades para impulsionar a indústria chinesa. Ainda assim, houve uma concentração significativa da indústria em algumas cidades portuárias, especialmente em Xangai, Tianjin e Qingdao. O foco era na produção de bens leves de consumo, como têxteis, tabaco e alguns produtos alimentícios. De acordo com Ta-Chung e Kung-Chia (1965), o setor têxtil representava quase 39% de toda a produção industrial e os produtos alimentícios, inclusive tabaco, representavam mais de 30% da produção industrial local, sem contabilizar a produção da Manchúria. No final da década de 1930, a China já havia começado a importar algodão para abastecer suas fábricas têxteis, deixando de importar produtos têxteis prontos.

Por outro lado, a industrialização na Manchúria seguiu um padrão bastante distinto. Liderada pela indústria japonesa após a invasão da Manchúria em 1895, o desenvolvimento industrial na região norte da China focava mais na indústria pesada, mineração e transporte ferroviário (Damas, 2014). Os japoneses construíram uma extensa rede ferroviária para transportar o abundante carvão e minério de ferro da região. As indústrias japonesas estabelecidas na Manchúria, com apoio do governo japonês, visavam o lucro, mas seu objetivo principal era o fornecimento de matérias-primas para a indústria japonesa, que era o principal mercado final.

O controle da produção na Manchúria, desde a aquisição de equipamentos para extração e transporte de matérias-primas até a operação das indústrias, estava nas mãos dos japoneses, não dos chineses. Além disso, a subcontratação de fornecedores ou prestadores de serviços locais por pequenas empresas chinesas era desencorajada. Atividades que exigiam maior conhecimento tecnológico eram reservadas exclusivamente aos japoneses (Damas, 2014). Portanto, o processo de industrialização observado na Manchúria teve poucos efeitos de propagação para a industrialização da China continental no início do século XX.

Analisando a produção industrial da China continental de 1912 a 1949 com base em 15 diferentes produtos de manufatura e mineração, Chang (1969) constatou que, em média, a produção industrial cresceu 8% ao ano durante esse período.

Dividindo a análise em períodos, observa-se que, de 1912 a 1920, a produção industrial da China cresceu em média 13,4% ao ano, seguida por um período recessivo em 1921 e 1922. De 1923 a 1936, um ano antes da invasão japonesa de Nanquim, a produção industrial na China continental cresceu em média quase 9% ao ano. Apesar do crescimento significativo da produção industrial ao longo desse período, com exceção dos períodos de 1921-1922, 1937-1938 e 1944-1946, o setor industrial ocupava uma posição relativamente insignificante na composição do Produto Interno Bruto (PIB) de 1933, por exemplo.

Ainda sobre o PIB da China e sua composição, segundo estimativas de Liu Ta-Chung e Yeh Kung-Chia (1965), em 1933, a produção combinada das indústrias, artesanato e mineração representava menos de 10% da renda nacional chinesa. Desse total, o artesanato correspondia a 70%, enquanto as indústrias representavam 22%. A agricultura, por sua vez, contribuía com 63% do PIB chinês. Mesmo após quase três décadas de governo dos nacionalistas, a economia chinesa continuava predominantemente agrícola, e o setor industrial ainda não tinha se tornado a força principal do crescimento econômico do país.

O período de relativa paz experimentado pela China até 1931 despertou o interesse do Japão, uma vez que o Kuomintang estava conquistando estabilidade e apoio popular no país. Dessa forma, se o Japão quisesse usufruir da China para seus próprios objetivos imperialistas, tornava-se urgente uma invasão em larga escala no país vizinho. Em julho de 1937, após anos de contínuas ofensivas entre as tropas japonesas e o Kuomintang, o Japão conseguiu avançar sua posição e tomar as cidades de Pequim e Tianjin, localizadas na região nordeste do país (Damas, 2014). No entanto, Chiang Kai-shek, sucessor de Sun Yat-Sen, não desejava uma guerra em larga escala com o Japão, principalmente porque as intervenções estavam ocorrendo principalmente no norte da China, especialmente na Manchúria, uma região fronteiriça com a Rússia. Da mesma forma que os japoneses também não estavam interessados em uma guerra generalizada nessa fase.

Apesar disso, em questão de semanas, uma nova região da China, localizada a 1.000 km de distância do norte do país, tornou-se palco de ataques japoneses: Xangai. Essa região não era um centro de confronto entre Japão e China. Na época, o Japão tinha apenas 3.000 marines próximos a Xangai e, com base no acordo de trégua de 1932, os planos de Tóquio se concentravam apenas na região norte da China. Segundo Chang e Halliday (2007), os japoneses não atacaram Xangai e nem

tinham planos de atacar a região. No entanto, o líder russo, Stalin, orquestrou planos que interferiram no esquema de confinamento das hostilidades japonesas apenas no norte da China. A iniciativa japonesa de ocupar a região nordeste da China começou a preocupar Stalin, que temia um possível ataque à Rússia.

Apenas um ano antes, Stalin havia identificado publicamente o Japão como a principal ameaça. É bastante provável que Stalin tenha ativado agentes comunistas no coração do exército nacionalista chinês, como forma de incitar uma guerra distante do território russo. Em 22 de agosto, após vários incidentes entre japoneses e chineses, o Japão lançou um maciço ataque contra Xangai, resultando na morte de mais de 400.000 chineses e 40.000 japoneses (Damas, 2014). Essas ações exacerbaram as atrocidades cometidas pelo Império japonês contra a China, que ainda seriam continuadas com a invasão de Nanquim, capital dos nacionalistas chineses na época. Esse período foi seguido por uma insatisfação popular em relação à resposta dos nacionalistas frente a invasão japonesa.

Toda essa situação resultou na ascensão de Mao Tsé-Tung, que na época era um líder rural da região de Hunan no sudeste da China, e líder do recém-criado Partido Comunista Chinês. Até a década de 1920, os partidos Nacionalista e Comunista eram aliados e tinham como objetivo comum combater os japoneses e unificar o país sob uma autoridade central legítima, além de lidar com os senhores da guerra (Chang; Halliday, 2007). No entanto, a manobra política russa fez com que o líder do Kuomintang, Chiang Kai-shek, passasse a ver o Partido Comunista como o inimigo.

Dessa forma, em 1934, a base de Mao Tsé-Tung, composta por 86 mil homens, foi cercada por 500 mil soldados sob o comando de Chiang Kai-Shek. Nessa situação, a liderança do Partido Comunista percebeu que necessitava tomar uma decisão: permanecer e enfrentar a morte ou fugir para salvar suas vidas. Esse episódio ficou conhecido como a Longa Marcha, que levou 86 mil comunistas a percorrerem mais de 6.400 quilômetros, enfrentando batalhas contra os nacionalistas e senhores da guerra. Ao final, apenas quatro mil sobreviventes comunistas permaneceram vivos (Damas, 2014).

Enquanto isso, no cenário internacional, os japoneses atacaram a base de Pearl Harbor levando os Estados Unidos a entrar na Segunda Guerra Mundial. Fazendo com que assim a China e os nacionalistas ganhassem um novo aliado estratégico na luta contra o Japão. Apesar do apoio econômico e militar significativo dos Estados Unidos aos nacionalistas, os enormes gastos públicos necessários para

financiar as operações contra inimigos internos e externos resultaram em uma aceleração da inflação na China (Damas, 2014). O país experimentou uma grande instabilidade monetária, com várias moedas emitidas em regiões anteriormente dominadas pelos japoneses.

Entre 1937 e 1948, a inflação acumulada na China, sob liderança dos nacionalistas, atingiu níveis alarmantes. Por exemplo, no período de 1937 a 1948, a inflação acumulada foi de aproximadamente 287 milhões por cento, com uma inflação de 45 milhões por cento somente entre 1946 e 1948 (Damas, 2014). Apesar das adversidades enfrentadas pela China até 1949, quando Mao Tsé-Tung fundou a República Popular da China, pondo fim ao regime do Kuomintang, é importante destacar que as dificuldades contribuíram para a aceitação relativamente tranquila da adoção de instituições socialistas no país. Já o líder dos nacionalistas, Chiang Kai-shek, escapou das forças comunistas e se refugiou na ilha de Taiwan.

Em resumo, durante o período de 1800 a 1949, a China passou por uma perda significativa de importância econômica motivada por vários fatores. Externamente, isso ocorreu devido às pesadas perdas monetárias decorrentes das indenizações e das condições semicoloniais resultantes de tratados desiguais e guerras com nações europeias e o Japão. Já internamente, a carência de uma autoridade central legítima, apesar da figura do imperador, pode ser citada como o principal fator que dificultou a recuperação econômica chinesa. Essa situação culminou na situação de pobreza extrema do país, com uma renda anual per capita de apenas US$ 50 em 1952 (Banco Mundial, 2023). Sobre o orçamento governamental, Damas (2014, p. 40) comenta que:

> Com a limitação do orçamento e as várias indenizações de guerras impostas ao Império Qing, não havia outra maneira de servir o crescente endividamento a não ser adquirindo empréstimos de outras nações para assistir o serviço da dívida. Entre 1894 e 1911, o governo Qing contratou 18 milhões de toneladas de equivalente-prata em empréstimo externo. Apesar de 44% desse montante ter sido utilizado para a construção de infraestrutura ferroviária, os empréstimos eram condicionados à concessão dos contratos de operação e fornecimento de equipamentos às empresas estrangeiras. Apenas uma pequena parcela desses empréstimos, ou quase 4,5% do total, foi utilizada para financiar a nascente indústria chinesa e projetos de telecomunicação. Ou seja, mais de 50% desses empréstimos externos foram tomados para pagar as indenizações de guerra a várias nações europeias e ao Japão.

O custo das indenizações e a perda de controle do governo chinês sobre as empresas estrangeiras e sua política tarifária representaram uma das maiores perdas de potencial de desenvolvimento econômico de 1860 a 1949. Como conclui Thomas

(2006), é difícil determinar se esses recursos teriam sido investidos produtivamente pelos diversos governos chineses ou se esses governos teriam sido menos corruptos se tivessem um orçamento não limitado pelas imposições dos tratados desiguais. No entanto, é sabido que o governo Qing enfrentou perdas significativas de recursos em termos de receita tributária, indenizações de guerra, crescente endividamento externo e remessas aumentadas de recursos para pagamento de amortização e juros, o que os forçou a tomar medidas impopulares e politicamente inábeis, como a imposição de tarifas mais altas sobre as empresas chinesas, revertendo seriamente a política de apoio do governo Qing à modernização das empresas chinesas e ao desenvolvimento econômico do país.

Outro grande problema interno durante esse período na China era o baixo desenvolvimento tecnológico da agricultura, que era predominantemente de baixa escala e operada por famílias. Mesmo as atividades não agrícolas eram conduzidas em pequena escala por famílias rurais. A falta de grandes plantações coordenadas por instituições rurais organizadas e a escassez de investimento em tecnologia limitaram o desenvolvimento econômico (Damas, 2014). A produção agrícola dependia mais da mão de obra abundante do que de avanços tecnológicos ou alocação de capital. Embora a produção média por unidade de terra fosse alta, a produção média por unidade de trabalho era baixa. A falta de irrigação adequada e coordenação institucional limitava o rendimento por área cultivada.

Essa complexa situação que perdurou por pouco mais de um século criou as condições favoráveis para a Revolução Chinesa ocorrida em 1949 que foi liderada por Mao Tse-Tung. Além dos fatores internos que desencadearam a Revolução, é importante ressaltar que essa foi fortemente influenciada pela sua vizinha, a União Soviética (URSS). A URSS, por sua vez, estabeleceu o primeiro regime socialista de cunho marxista do mundo através da Revolução Russa de 1917. Com isso, o novo governo passou a buscar formas de ampliar a sua influência e uma dessas formas foi a criação da 3ª Internacional ou Comintern (1919-1943). Dessa forma, o Comintern foi parte da estratégia soviética de exportar a revolução e ampliar a sua esfera de influência internacional (Prozczinski; Araújo, 2017).

Apesar dos soviéticos terem utilizados mais recursos para espalharem a revolução socialista no continente Europeu, também não foram poupados esforços para persuadir o seu maior vizinho, a China. Em sua tese de doutorado, o autor Liu (2000) estabelece sete ações soviéticas que comprovam a grande influência exercida

na China. A primeira constatação é que tão logo a União Soviética foi estabelecida, os líderes do partido começaram a enviar agentes para a China e criar centros bolcheviques em diversas cidades para melhor organizar e articular as ações no país vizinho.

Juntamente com os agentes que eram encarregados de criar uma rede de contatos, foram fundadas unidades para disseminar a propaganda soviética na China entre 1919 e 1921. O objetivo dessas unidades era de instigar a revolta e estimular a consciência de classe na população chinesa, para isso grandes quantidades de manuscritos e folhetos foram impressos e distribuídos. Além disso, para ocultar a sua influência, a URSS recrutou cidadãos chineses para a criação de agências de mídia e notícias para publicar jornais chineses radicais. A propaganda soviética na China é um dos fatores que levou a União Soviética a ser percebida de forma favorável pelos chineses e fez com que alguns intelectuais se interessassem pela teoria e prática socialista (Liu, 2000).

Durante as Manifestações de 4 de maio de 1919[10], agentes da URSS desempenharam um papel importante ao estimular campanhas contra o Japão e contra o governo de Pequim nos chineses. Ademais, esses agentes exerceram influência em algumas organizações estudantis e trabalhistas importantes que surgiram nas manifestações resultando na integração inicial de intelectuais e trabalhadores e na formação de grupos radicais que mais tarde se tornariam membros importantes do Partido Comunista Chinês (Liu, 2000). Assim sendo, nessas manifestações os agentes contribuíram para a articulação política de grupos que viriam a integrar o PCC.

Em consonância com a estratégia de Lenin de aliar-se à burguesia de países coloniais para ampliar a base de apoio da revolução proletária, antes mesmo da Revolução Chinesa de 1949, os soviéticos tentaram trazer os nacionalistas chineses do Kuomintang para a luta anti-imperialista e torná-los aliados da União Soviética (Liu, 2000). O que é contrário ao posicionamento oficial da China, que defende a existência das intervenções soviéticas na China somente após sua adoção formal no 2º Congresso da Comintern. Além disso, os agentes soviéticos persuadiram vários

[10] As manifestações foram protestos estudantis na China contra o Tratado de Versalhes e o imperialismo das potências ocidentais refletindo o descontentamento com a submissão chinesa às nações estrangeiras e marcou a ascensão do nacionalismo e busca por independência diante da exploração e influência imperialista.

líderes do Kuomintang que acreditavam no socialismo a liderar a formação de um partido socialista ou comunista subordinado à Comintern e, consequentemente, à União Soviética.

Os esforços da URSS para atingir o objetivo da criação de um partido comunista na China finalmente obtiveram êxito quando Li Dazhao e Chen Duxiu, futuros fundadores do PCC, iniciaram o primeiro grupo de estudos de marxismo. A pesquisa de Liu (2000) comprova que Li Dazhao foi abordado por agentes soviéticos antes do outono de 1918, quando ele e Chen estavam envolvidos nos estudos do marxismo. Ambos fundaram o PCC somente após os agentes soviéticos os persuadirem a tal e após a organização dos grupos comunistas sob a liderança da Comintern. Isso demonstra que a influência soviética na China foi uma força fundamental para direcionar o país ao socialismo.

No entanto, mesmo com a fundação do PCC em 1921, foi somente em 1949 que a República Popular da China foi fundada. Durante esse período, houve a deposição da Dinastia Qing e a fundação da República da China por Sun Yat-Sen, líder do Kuomintang em 1911. Ainda assim, o governo estabelecido pelos nacionalistas durou pouco tempo e em 1937, com a invasão japonesa de Nanquim, a China entrou em um período de guerra civil entre o Kuomintang e o exército vermelho de Mao (Rattner, 2009). A guerra durou de 1937 a 1949, quando o Kuomintang foi derrotado e se refugiou na ilha de Taiwan, fundando a República da China. Enquanto que, na China continental, Mao Tse-Tung fundou a República Popular da China.

3.2 Políticas da Era Maoísta

O primeiro desafio enfrentado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), era o de decidir uma estratégia para o desenvolvimento e estabelecer o socialismo nos moldes do que era feito na URSS, em outras palavras, uma economia planificada socialista. Afinal, a China havia acabado de sair do “século da humilhação” no qual sofreu com as invasões e a violência de nações estrangeiras debilitando sua situação política e econômica. O cenário econômico era de uma agricultura comparável à agricultura feudal europeia e de uma indústria incipiente, com exceção da região da Manchúria que foi desenvolvida após a invasão japonesa em 1895, com a intenção de fomentar a própria indústria japonesa que não dispunha de insumos e das cidades portuárias de Xangai, Tianjin e Qingdao que foi desenvolvida no início do século XX (Damas,

2014).

Tendo isso em vista, desenvolver a economia chinesa era imprescindível para a criação e o estabelecimento de uma economia planificada socialista, especialmente considerando que a China se baseava largamente nos estudos marxistas e na experiência socialista soviética para lançar as bases de seu novo governo. Assim sendo, para os chineses, faltava um passo fundamental para alcançar o socialismo: o desenvolvimento das forças de produção e do capital. Já que no caso da China, as condições do país eram críticas de tal forma que mais se assemelhavam a uma sociedade feudalista e para a dialética de Marx e Engels (2017), a revolução socialista é a resposta às contradições existentes no capitalismo. Em outras palavras, não havia como estabelecer o socialismo em um país que sequer havia desenvolvido o capitalismo em seus estágios mais avançados.

Assim, houve na China um processo de deliberação sobre a melhor forma de prosseguir. Para os líderes do PCC haviam três opções distintas: adotar o capitalismo tal qual existia nos Estados Unidos fazendo o inverso do idealizado por Marx, seguir a transição gradual defendida por Lênin através da NEP ou optar pela rápida transição ao socialismo conforme feito por Stalin (Bramall, 2009). A estratégia escolhida pelo partido foi a de transição gradual pois a primeira alternativa era vista como um regresso e a terceira possuía riscos demais considerando a realidade econômica chinesa. Com isso, foi admitido um período de transição no qual o principal objetivo era o desenvolvimento da indústria e a mecanização da agricultura. Somente com a criação dessas condições seria possível atingir a completa transformação socialista.

Até 1955, a China se caracterizava como uma economia mista. Ruralmente, o número de fazendas particulares era superior ao de cooperativas, mas o governo já detinha o monopólio para a compra de grãos. Já na zona urbana, ainda era permitido que empresários e empresas privadas exercessem suas atividades embora as empresas estatais fossem mais comuns. Ainda assim, o partido incentivava que os fazendeiros privados se unissem às cooperativas e que os empresários assinassem contratos com as já existentes empresas estatais (Naughton, 2007, p. 66-67).

No entanto, a partir de 1955, Mao Tsé-Tung abandonou sua estratégia de transição gradual e acelerou o processo de coletivização das fazendas privadas. Segundo Damas (2014, p.50), a pressão sobre os fazendeiros foi tanta que:

> No final de 1954, apenas 2% das fazendas na zona rural eram coletivizadas ou cooperadas; no ano seguinte, 14% já haviam aderido à coletivização e, em 1956, aproximadamente 98% das fazendas já haviam sido mobilizadas e agrupadas em grandes coletivizações e em 1958 transformadas em comunas. Fazendas familiares, indústria privada e o comércio deixaram de existir.

Essa mudança de posicionamento foi uma surpresa até mesmo para os demais líderes do PCC e marcou o fim do período de transição chinês. Com essa radicalização a partir do ano de 1955, foi acelerado o processo de estatização das empresas privadas e de coletivização das fazendas. Ainda assim, esses processos eram adotados de forma cautelosa e, até 1957, existia a coexistência das formas de controle nas empresas. Essas poderiam ser administradas de forma mista ou os seus proprietários eram mantidos como executivos após o confisco do Estado. Durante esse período, cerca de 1,1 milhão de pessoas receberam compensações financeiras, em média 5% por ano sobre o valor do ativo pelos dez anos seguintes, pelos bens de capital confiscados (Maddison, 2007, p. 81).

No entanto, as maiores consequências surgiram da coletivização forçada e prematura da zona rural. O Grande Salto à Frente foi uma política do governo chinês para aumentar o desempenho do setor rural e da agricultura por meio da larga transferência da força de trabalho da zona rural para a industrialização rural, majoritariamente para a produção de ferro e aço (Damas, 2014). Essa política marcou o rompimento com as ideias de Marx de que o acúmulo de capital e a industrialização deveriam preceder a coletivização dos meios de produção. A mudança deixou diversos estudiosos preocupados pois estes não acreditavam que a China possuía as condições necessárias para acelerar a coletivização e industrialização do país. É importante ressaltar que a produtividade agrícola chinesa era altamente dependente da abundante mão-de-obra e com a estratégia da transferência maciça desses trabalhadores, sem antes mecanizar e aumentar os ganhos de escala do setor agrícola, a China corria o risco de cometer o mesmo erro que a URSS em 1929 provocando a morte de milhões de pessoas pela escassez de alimentos (Damas, 2014).

Além da questão agrícola, o Grande Salto à Frente fez uma série de outras mudanças. Macroeconomicamente, o percentual do PIB destinado a investimentos cresceu de 15% em 1955 para mais de 30% em 1960 (Damas, 2014). Já microeconomicamente, a maior característica da política era o enfoque dado a produção de ferro e aço que eram inadequadamente utilizados para a fabricação de

fornos rústicos, por exemplo. Outra face importante da estratégia do Grande Salto à Frente, foi o estabelecimento de grandes comunas bem como a baixa eficiência na alocação dos trabalhadores, por causa da rigidez imposta no mercado de trabalho nas áreas rurais e urbanas.

Ainda sobre os trabalhadores, as fazendas coletivas e as comunas eram estimuladas a proverem seus próprios serviços sociais com seus próprios recursos, porém não possuíam direitos em relação aos recursos disponibilizados pelo governo. Considerando que a função principal dos coletivos e das comunas consistia em comercializar produtos agrícolas ao próprio governo por meio das quotas de produção impostas, era esperado que população rural desfrutasse de benefícios sociais adquiridos exclusivamente através da receita do excedente produzido e vendido ao governo (Damas, 2014). Com isso, fica evidente que o nível de benefícios obtidos pela população urbana era muito superior aos da população rural, que apesar de mais carente, desfrutava de menos privilégios sociais e assistenciais.

Por sua vez, a população urbana já desfrutava do amparo assistencial e social do governo por meio do estabelecimento de diversas instituições para prover esses serviços. Enquanto que o sistema rural era utilizado para extrair alimentos e grãos a custo reduzido, e as fazendas tinham por incumbência administrar a força de trabalho e entregar as quotas de produção ao governo. Nas regiões urbanas, as unidades de trabalho recebiam recursos do governo chinês para investimentos, e a mão de obra urbana era considerada a "vanguarda do socialismo" (Damas, 2014). O governo chinês se valia de seu extenso controle para transferir alimentos da zona rural a custos baixos para a zona urbana, com o propósito de manter baixos os salários da força de trabalho desta última e aumentar a lucratividade das suas empresas estatais ou coletivas. Observa-se, por conseguinte, uma nítida transferência de renda ou subsídios provenientes da zona rural para a zona urbana.

Esse sistema funcionava como um tributo implícito à zona rural, que obtinha renda menor, uma vez que sua população era obrigada a vender suas quotas de produção a preços artificialmente baixos. Além disso, para manter o sistema operante, a população da zona rural precisava permanecer atrelada à terra e o governo necessitava adotar sistemas cada vez mais inflexíveis de migração para a zona urbana, pois ficava clara a grande vantagem que era fazer parte da sua força de trabalho. O sistema de registro das famílias (hukou), originalmente instituído somente para monitorar a migração e os deslocamentos populacionais rurais e urbanos,

passou a se tornar elemento essencial no controle e, por conseguinte, na limitação da migração da mão de obra localizada na zona rural para a zona urbana (Naughton, 1995, p. 115-116).

Durante a estratégia do Grande Salto à Frente, a população rural dedicada à agricultura, que não havia sido transferida para a industrialização rural de produção de aço e ferro diminuiu quase 40 milhões de 1957 a 1958, passando de 193 milhões de trabalhadores rurais alocados na agricultura para apenas 155 milhões em 1958. Como resultado, a produção agrícola per capita em 1961 era 30% inferior à observada em 1957 (Maddison, 2007, p. 73). Ou, por outro lado, porém denotando o mesmo efeito de 1957 a 1958, os empregados da zona rural não alocados à produção de grãos e bens agrícolas aumentaram de 3% para 11%, passando de 13 milhões para 60 milhões de trabalhadores da zona rural alocados na industrialização rural. Devido à inexistência das condições necessárias para essa transferência de força de trabalho originalmente alocada na produção agrícola para a industrialização rural, a produção de grãos caiu de 195 milhões de toneladas, em 1957, para apenas 144 milhões de toneladas em 1960, e 136 milhões de toneladas em 1961, o que representa uma redução na produção de grãos de mais de 30% em um intervalo de apenas três anos (1958-1961).

Entre 1952 e 1957, quando ainda existia a propriedade privada na zona rural, a produtividade do trabalho aumentava em média 1,7% ao ano; e a produtividade total dos fatores (PTF), 0,63% ao ano. Entre 1957 e 1978, a produtividade do trabalhador rural declinou 0,2% ao ano e a produtividade total dos fatores da zona rural caiu para 0,57% ao ano, durante o mesmo período (Maddison, 2007, p. 75-76). Inicialmente a estratégia visava à transferência da força de trabalho da zona rural, dedicada à produção agrícola, para a industrialização rural. Isso reduziu consideravelmente a produção de grãos e alimentos para suprir as necessidades da zona urbana, considerada a precursora da verdadeira revolução e a chave para o sucesso e o crescimento chinês.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores rurais eram encorajados a superar o Reino Unido em três anos com essa estratégia imposta de industrialização. Apesar de a produção industrial de fato ter aumentado substancialmente, grande parte da produção era de produtos de qualidade ruim e sem utilidade prática alguma, porém o receio dos governantes locais de divulgar ao governo central a realidade constatada na zona rural geralmente gerava informações assimétricas e incorretas quanto à

qualidade e quantidade da produção da zona rural, de modo que esses resultados artificialmente inflados pelas autoridades locais levavam o governo central a impor quotas cada vez mais agressivas e irreais com relação à produção industrial e agrícola (Damas, 2014).

Como resultado, durante a vigência do Grande Salto à Frente (1958 – 1961), a fome e a morte por consequência dela foi um fenômeno praticamente rural e muito severo no interior da China. Nas regiões mais afetadas, como Sichuan, o governo devastou mais de 10% da população por meio dessa política. Outras províncias largamente acometidas pela falta de alimentos foram a de Gansu, Anhui e Guizou, que chegaram a perder entre 4% e 6% de sua população. Ao todo, entre 25 e 30 milhões de chineses morreram de fome como resultado dessa tentativa de aceleração industrial. Segundo Bramall (2009), a principal causa dessa catástrofe foi decorrente do colapso na produção agrícola pela falta de mão-de-obra já que essa foi transferida para a produção de ferro e aço na zona rural.

É importante ressaltar que a decisão de transferir a mão-de-obra chinesa para a indústria rural e pesada não foi arbitrária. Após 1949, a indústria da China era incipiente com a existência de pequenos polos na Manchúria, desenvolvidos pelos japoneses, em Xangai e em Chongqing, estabelecidos após a mudança de sede do Kuomintang. Dessa forma, cabia ao PCC decidir qual modelo de desenvolvimento industrial seria seguido: produção de bens leve e de consumo ou indústria pesada, conforme foi feito na URSS por Stalin. Considerando as características econômicas da China e as suas vantagens comparativas, a decisão mais prudente teria sido optar pelo desenvolvimento da indústria leve, mas especificamente, a indústria têxtil. Sobre as vantagens comparativas, a produtividade do trabalho chinês correspondia a 3% da produtividade dos Estados Unidos no setor manufatureiro e apenas 1% na indústria pesada, em 1952. Enquanto na indústria leve, a produtividade do setor de vestuário era equivalente a 8% do observado nos EUA e no segmento têxtil, a vantagem comparativa era de 93% (Bramall, 2009, p. 88).

Mesmo com essas diferenças de produtividade, o Partido Comunista da China optou pelo desenvolvimento da indústria pesada visando também a capacidade do país de fabricar materiais bélicos. Afinal, a China havia passado por diversas guerras com nações estrangeiras, pela revolução civil e recém havia se envolvido na Guerra da Coreia. Ainda assim, apesar das considerações sobre as vantagens comparativas e a necessidade de altos recursos financeiros e investimentos, para o

desenvolvimento da indústria pesada, o primeiro Plano Quinquenal da China (1953-1958) reforçava a importância de uma estratégia de transição gradual para o socialismo, e também o desenvolvimento acelerado da indústria pesada (Damas, 2014).

O modelo de desenvolvimento adotado pelo primeiro Plano Quinquenal destoa consideravelmente do modelo de Rostow dos estágios de crescimento (Rostow, 1960, p. 4-13). Segundo esse modelo, em um estágio inicial, as economias poderiam depender da indústria leve e de bens de consumo voltados para a exportação como forma de acumular capital. A partir do momento em que esse capital se tornar o suficiente, o desenvolvimento da indústria pesada é viável. Essa forma de desenvolvimento foi adotada por Taiwan e Hong Kong, nas quais o processo de industrialização se iniciou pelos segmentos têxtil e de vestuário com o escoamento majoritário desses produtos para países desenvolvidos. A abertura ao mercado internacional também permitia que as indústrias importassem insumos, equipamentos e matéria-prima. Apenas após o acumulo de capital do estágio inicial, Taiwan e Hong Kong subiram na cadeia de valor e começaram a oferecer produtos de maior tecnologia e de capital intensivo.

Ao seguir o caminho oposto de Taiwan e Hong Kong, o governo chinês enfrentou uma série de desafios para desenvolver a indústria pesada sem antes reunir as condições necessárias, conforme propostas por Rostow, para tal. Para compensar essa problemática, o governo teve de adotar diversas políticas que possibilitassem acumular a principal matéria-prima para que esse modelo funcionasse, mesmo isso implicando na criação de sérias distorções micro e macroeconômicas (LIN et al, 1996, p. 2-6). Para compreender os desafios enfrentados pelos chineses, é imprescindível destacar as principais características de um projeto de desenvolvimento da indústria pesada: demandam um extenso período de gestação (1), a maior parte dos equipamentos requeridos para o projeto, especialmente no início do projeto, necessitam ser importados de nações mais desenvolvidas (2) e cada etapa do projeto exige um substancial aporte de capital (3).

Quando essa estratégia foi iniciada pelo governo chinês em 1953, a economia chinesa possuía as seguintes características: recursos de capital eram escassos e as taxas de juros de mercado eram elevadas (1); as reservas internacionais eram limitadas e as possibilidades de acumulação eram restritas, uma vez que a composição das exportações do país consistia predominantemente em produtos

agrícolas de baixo valor agregado (2); e o superávit comercial não estava à altura das necessidades decorrentes de uma estratégia voltada para o desenvolvimento da indústria pesada, devido à natureza predominantemente agrícola da economia chinesa naquela época (3). Em decorrência dessa incongruência entre as características da economia chinesa e as três condições essenciais para a implementação de um projeto nacional voltado para o desenvolvimento da indústria pesada, o desenvolvimento orgânico desse setor era praticamente inviável (Lin *et al.,* 1996).

Consequentemente, uma série de políticas micro e macroeconômicas foram adotadas para dar suporte a essa estratégia. Logo no início do primeiro Plano Quinquenal (1953-1958), o governo chinês instituiu uma política de taxas de juros baixas e valorização da moeda com o objetivo de reduzir o custo de capital e tornar as importações de equipamentos mais acessíveis. No entanto, para garantir recursos suficientes para a expansão industrial, uma política de baixos salários e preços reduzidos para insumos como matéria-prima, energia e transporte foi implementada concomitantemente (Damas, 2014). A premissa subjacente a esse conjunto de políticas ou distorções de mercado era que os preços reduzidos dos insumos e dos salários possibilitariam que as empresas obtivessem lucros suficientes para amortizar suas dívidas ou acumular capital para novos investimentos.

Além disso, com o intuito de garantir o fornecimento econômico de alimentos e grãos à população urbana, quotas de produção foram impostas à população rural, destinadas a serem vendidas ao governo. No entanto, dado que os produtos agrícolas constituíam o principal setor exportador e, portanto, a principal fonte de geração de reservas internacionais para a aquisição de equipamentos importados necessários à estratégia de desenvolvimento da indústria pesada, o início do processo de industrialização dependia amplamente do desempenho do setor agrícola chinês (Damas, 2014). Como o setor agrícola também demandava investimentos para se desenvolver, a forma encontrada para contornar essa situação foi a mobilização em massa da população rural através das fazendas coletivas, posteriormente comunas, para aumentar os ganhos de escala e evitar que os recursos destinados à fomentação da indústria pesada fossem desviados para a agricultura.

Internacionalmente, começaram a emergir divergências ideológicas entre a China e a União Soviética durante o período de 1956 a 1961. Nessa época, Mao Tsé-Tung acreditava na ideologia marxista-maoista e defendia o isolacionismo diante dos

países capitalistas, bem como o posicionamento beligerante. Enquanto que Nikita Khrushchev, primeiro-ministro da URSS, denunciava os crimes de seu predecessor Stalin e defendia a coexistência pacífica entre países capitalistas e comunistas, além de acreditar que todos os países socialistas poderiam decidir a sua própria política e forma de adotar o socialismo. Essas declarações entravam em conflito direto com Mao, que era um defensor do marxismo-leninismo e das políticas de Stalin. Para Mao, a crítica ao stalinismo representava um retrocesso ideológico e militar da URSS, que sempre adotou a ideologia marxista-leninista e acreditou na transformação e implantação do comunismo em todas as nações, sem possibilidade de coexistência pacífica entre socialistas e capitalistas (Damas, 2014).

Esse cenário fez com que a China se isolasse cada vez mais no sistema internacional. Isso, somado ao encontro de Nikita Khrushchev com o então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, em setembro de 1959 e os fracassos na implantação e execução do Grande Salto à Frente, levaram a China a focar na criação de uma indústria moderna e também a mudar a localização geográfica de seu parque industrial para regiões mais remotas do país (Damas, 2014). A decisão foi tomada visando dissuadir ataques nucleares, já que a maior parte de seu parque industrial se encontrava na Manchúria, fronteira com a URSS, e em Xangai, região costeira próxima do Japão, Coreia do Sul e Taiwan, os três com bases norte-americanas em seu território.

Essa mudança de configuração geográfica industrial é chamada de Terceira Frente. A Primeira Frente foi anterior ao estabelecimento da República Popular da China em 1949, com a implantação da base industrial na região leste, em Xangai e Tianjin, e no norte da China (Manchúria). Já a Segunda Frente foi lançada com o primeiro Plano Quinquenal (1953-1958), e focava particularmente na região central da China. Já a Terceira Frente (1964-1966) na parte ocidental interiorana da China, como nas províncias de Sichuan, Gansu, Ghizou, Yunnan, Shaanxi, Ningxia e Qinghai. Como as empresas fundadas durante a Terceira Frente eram distantes entre si, não havia ganho de escala, o custo logístico era alto devido a precária infraestrutura e os investimentos para implementação do projeto eram pesados dada as grandes distâncias entre as bases industriais e os grandes centros populacionais. Dessa forma, a política obteve poucos resultados a curto prazo mesmo que a longo prazo tenha se mostrado importante para o crescimento econômico chinês após 1980 (Bramall, 2009).

Em simultâneo com a Terceira Frente, inicia-se o período conhecido como o fim da Era Maoista, de 1963 a 1976, essa época foi marcada pelo rompimento de Mao com a ortodoxia marxista. Para ele, o único caminho a seguir rumo a uma economia verdadeiramente socialista seria o descarte da ideologia tradicional de que a subestrutura precede e define a superestrutura. Assim sendo, o meio para atingir a modernidade seria a transformação ideológica e cultural. Nesse contexto de distanciamento com a visão marxista tradicional e de reforma da superestrutura para modificar as relações de produção e a economia por consequência, surge a Revolução Cultural (1966-1968) que representou a releitura de Mao da teoria marxista (Shu, 2005). Para Marx, ao mudar a subestrutura, a alteração da superestrutura seria inevitável, mas para Mao, isso não era suficiente já que representava um determinismo econômico.

De acordo com Bramall (2009), a estratégia maoista de 1963 a 1976 demonstrava uma certa aversão a alguns aspectos da teoria marxista tradicional. As políticas de desenvolvimento deveriam ser formuladas não para expandir as forças de produção e/ou modificar as relações de produção, mas para alterar simultaneamente as duas estruturas da sociedade chinesa. Nesse sentido, a Revolução Cultural foi a representação de um aspecto crucial e definitivo da separação do maoísmo com a teoria marxista ortodoxa. Além disso, para Mao as mudanças ocorridas no início da década de 1950 haviam falhado pois as estratégias implementadas estavam focadas apenas nas mudanças e no desenvolvimento das forças de produção, como exemplificado pela transição gradual de 1953 e pela coexistência do capitalismo, o sistema de incentivos, e o socialismo como forma de acúmulo de capital.

As estratégias, de 1955 a 1963, também haviam fracassado porque abordavam exclusivamente as mudanças radicais nas relações de produção com o estabelecimento das cooperativas e comunas. Assim sendo, a proposta feita por Mao era a de transformar as relações e forças de produção e também alterar a cultura e ideologia concomitantemente, caracterizando a Revolução Cultural e a transformação da ideologia não como resultado inevitável e passivo da evolução da sociedade, mas como elemento-chave que deveria ser modificado já no início do processo abrangente de transformação social (Damas, 2014). O objetivo a ser alcançado com isso, era a aceleração do crescimento econômico por meio do desenvolvimento constante das forças de produção e de suas relações (Terceira Frente de industrialização e mobilização da força de trabalho da zona rural em comunas e coletivos), bem como

por meio da quebra ideológica (Revolução Cultural).

Realisticamente, a fase final de Mao foi caracterizada pela política ambiciosa já que o objetivo era revolucionar a sociedade chinesa em duas frentes: superestrutura e subestrutura. A principal estratégia para a revolução da superestrutura era a reforma educacional na zona urbana e alocação de jovens dessa mesma zona para atuarem como professores na zona rural (Damas, 2014). Por conseguinte, as bases das relações de produção seriam a propriedade coletiva, a coletivização da zona rural e a firme mobilização da mão de obra que prepararia as regiões rurais para a mecanização da agricultura. Assim, não existia mais espaço para o retorno da coexistência pacífica entre propriedade privada e pública e nem para dissidências políticas.

Durante a Revolução Cultural, Mao percebeu a possibilidade de usar um grande movimento estudantil para transformar as instituições de elite do país e suas estruturas. Mao incentivava tal movimento, conhecido como "guardas vermelhos", a se articularem e a destruir os "quatro antigos valores" (ideias, culturas, costumes e hábitos). A Revolução espelhava fielmente a nova interpretação de Mao do marxismo, em que as duas estruturas da sociedade deveriam ser modificadas simultaneamente. Apesar disso, esse movimento foi marcado por diversas atrocidades e crimes cometidos pelos "guardas vermelhos" e resultou na destruição de boa parte da história da China, bem como em um cárcere cultural que tomou conta do país durante sua vigência. Mesmo que os objetivos da Revolução fossem bastante claros para Mao, o excesso de ingenuidade ou idealismo fez com que tais objetivos se tornassem inalcançáveis (Damas, 2014).

Desde 1949, a história econômica da China foi certamente complexa. O período foi marcado por crescentes divergências e debates dentro do Partido Comunista Chinês. Assim como, as políticas de desenvolvimento econômico que, por vezes, pautavam-se em considerações práticas e em uma visão mais pragmática; já, por outras vezes, seguiam uma versão distorcida da ideologia marxista obtendo resultados catastróficos (Damas, 2014). Como exemplo disso, a substituição abrupta da transição gradual na forma da NEP pela política de industrialização acelerada que resultou no colapso do sistema agrícola e obteve poucos resultados para a inserção no mercado internacional ou para o aumento das vantagens comparativas da China.

Em resumo, no período anterior ao primeiro Plano Quinquenal (1953-1958), o objetivo do governo chinês era o de recuperar o país das diversas guerras que haviam

destruído a maior parcela de sua indústria e, também, controlar a inflação que estava desenfreada por causa da excessiva emissão de moedas do governo nacionalista que precedeu o socialismo. Internacionalmente, o evento mais marcante foi a Guerra das Coreias (1950-1953) em que ocorreu a aliança entre China e Coreia do Norte resultando na intensificação das hostilidades dos países capitalistas com os países socialistas. Essa situação atingiu seu ápice com um boicote comercial contra a China. Enquanto isso, a Era Maoísta foi marcada por grandes alterações que moldaram profundamente a sociedade e geraram consequências sérias para a população.

As falhas e erros da estratégia do Grande Salto à Frente, que causou a morte de mais de 20 milhões de chineses, e subsequentemente da Revolução Cultural, que abalou fortemente a educação e o sistema político, levaram a China à beira de um colapso tanto econômico quanto político. No entanto, mesmo com essas ocorrências que deixaram uma forte impressão negativa sobre a Era Maoísta, o PIB per capita subiu 82% e a produtividade do trabalho cresceu 58% de 1952 a 1978 (Maddison, 2007, p. 59). Sob outro ponto de vista, em 1952, a participação da indústria no PIB chinês pelo lado da oferta era de apenas 8,3%, enquanto que em 1978 a participação desse segmento no PIB já alcançava 33,5%, semelhante à participação do segmento agrícola, que respondia por 34% do PIB no mesmo ano. Sobre a segmentação do PIB chinês, segue a Tabela 1 com a demonstração desses dados referentes aos anos de 1890, 1952 e 1978:

Tabela 1 – Segmentação do PIB chinês dos anos de 1890, 1952 e 1978

Setores	**1890**	**1952**	**1978**
Agricultura e pesca	68,5%	59,7%	34,4%
Industria	8,1%	8,3%	33,5%
Construção	1,7%	1,7%	3,4%
Transporte e comunicação	5,5%	2,4%	3,6%
Comércio	8,2%	6,7%	5,1%
Outros serviços	8,0%	21,2%	20,1%
PIB	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maddison (2007).

Já sobre o crescimento setorial, comparando os dois últimos anos da amostragem, ao mesmo tempo em que o setor agrícola apresentava um crescimento de 2,2% em média, os setores da indústria, de construção, transporte e comunicação cresceram em média 10,1%, 7,8% e 6%, respectivamente, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento setorial do PIB chinês dos anos de 1890 a 1952 e 1952 a 1978

Setores	1890-1952	1952-1978
Agricultura e pesca	0,3%	2,2%
Industria	1,7%	10,1%
Construção	1,6%	7,8%
Transporte e comunicação	0,9%	6,0%
Comércio	0,8%	3,3%
Outros serviços	1,1%	4,2%
PIB	0,6%	4,4%
PIB per capita	-	2,3

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maddison (2007).

Ao comparar o crescimento do PIB per capita da China com o de outros países, durante o período de 1952 a 1978, esse índice cresceu 2,3% em média no caso chinês, se equiparando com o do Reino Unido e ficando superior ao de países como a Índia, com o crescimento médio do PIB per capita de 1,7% ao ano, e dos Estados Unidos, que teve o crescimento de 2,2% ao ano. A média de crescimento desse indicador econômico da China também se aproximou dos desempenhos da Austrália e da Indonésia, que tiveram crescimentos médios de 2,4% e 2,5% ao ano, respectivamente (Maddison, 2007, p. 62).

Já sobre os geradores do crescimento econômico chinês, segundo Maddison (2007), a base desse crescimento econômico foi o uso intensivo de capital, como também o foi nos casos da Coreia do Sul e do Japão. Enquanto que o capital, como insumo, correspondeu a 7,7% da média do crescimento do PIB chinês, que foi de 4,4% para o período de 1952 a 1978. De mesmo modo, o capital contribuiu com 9,6% do crescimento japonês, que era de 7,9% ao ano, e foi equivalente a 10,9% do crescimento sul-coreano, que era de 8,6% ao ano. Ainda assim, nos três países a produtividade do capital foi negativa, sendo que a China apresentou o pior resultado com -3,1%, com o acompanhamento da Coreia do Sul com -2,0% e do Japão com 1,6%. Para fins de comparação, mesmo os Estados Unidos utilizando menos capital para seu crescimento econômico, a produtividade desse insumo foi de 0,22% para o mesmo período analisado.

Os dados mais divergentes surgem avaliando outro indicador: a produtividade do trabalho. De 1952 a 1978, esse índice contribuiu com apenas 1,8% do desenvolvimento na China, enquanto nos Estados Unidos foi responsável por 2,5%,

no Japão por 6,7% e na Coreia do Sul por 5% do crescimento econômico (Maddison, 2007, p. 68). Esse desempenho pouco expressivo da China deve-se ao fato que, durante a época analisada, o governo chinês abandonou a política de transição gradual com incentivos modestos ao aumento da produtividade do trabalhador e a substituiu pela estratégia de transição acelerada ao socialismo que exterminou os incentivos existentes. Ilustrando os efeitos negativos que a economia de planejamento central provoca no desempenho da produtividade do trabalho (Damas, 2014). Já sobre a produtividade total dos fatores ou resíduo de Solow, o resultado da comparação entre os países é o mesmo. Durante os anos 1952 a 1978, a China obteve uma produtividade total dos fatores de -1,37%. Ao mesmo tempo, o valor do mesmo indicador para os Estados Unidos foi de 1,3% ao ano, para o Japão foi de 3,3% ao ano e para a Coreia do Sul foi equivalente a 1,5% ao ano (Maddison, 2007). De acordo com o ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Comparação das fontes do crescimento econômico da China, Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul entre 1952 e 1978 (crescimento médio anual)

	China	**Japão**	**Estados Unidos**	**Coreia do Sul**
População	2,02	1,10	1,34	2,21
PIB	4,39	7,86	3,61	8,63
PIB *per capita*	2,33	6,69	2,24	6,28
Insumo – trabalho	2,57	1,12	1,12	3,40
Educação	4,49	1,19	1,12	3,13
Insumo – capital	7,72	9,57	3,39	10,89
Produtividade do trabalho	1,78	6,67	2,49	5,05
Produtividade do capital	-3,09	-1,56	0,22	-2,05
Produtividade Total dos Fatores (PTF)	-1,37	3,32	1,28	1,48

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maddison (2007).

Por último, se a produtividade do trabalho for analisada com base somente no desempenho do setor agrícola, os índices são ainda mais dissonantes, pois refletem a estratégia equivocada do Grande Salto à Frente de deslocar a mão-de-obra agrícola prematuramente. A produtividade do trabalho na agricultura equivale a 0,17% do crescimento do PIB entre os anos de 1952 a 1978, já para os setores industriais e de serviços, esse indicador correspondeu a 3,7% e 0,96% do crescimento do PIB, respectivamente. No entanto, se dessa análise forem ignorados os dados referentes ao período do Grande Salto à Frente, obtém-se duas conclusões. Entre os anos de

1952 e 1957, período em que os agricultores ainda detinham a posse de suas terras e podiam receber incentivos moderados relativos ao seu trabalho, houve um aumento na produtividade do trabalho correspondente a 1,7% ao ano em média e a produtividade total dos fatores representou igualmente um aumento de 0,63%. E, no período de 1957 a 1978, quando as comunas já haviam sido estabelecidas e o processo de deslocamento da força de trabalho rural à industrialização rural estava sendo acelerado, ocorreu uma queda na produtividade do trabalho de 0,2% ao ano, assim como um significativo recuo na produtividade total dos fatores (Maddison, 2007).

3.3 Fim da Era Maoísta

A Era Maoísta se encerra em 1976, após a morte de Mao Tsé-Tung e com a posse de Hua Guofeng do posto de primeiro-ministro da China. Com isso, o Partido Comunista da China poderia dar continuidade na Era Maoísta ou poderia buscar outra via para o desenvolvimento chinês. A dificuldade para essa última alternativa, era a própria figura de Mao que havia se tornado um símbolo político e era considerado o pai fundador da República Popular da China. Em outras palavras, surgiu o obstáculo de reformar o que havia sido feito por Mao sem diminuir a legitimidade associada à figura dele e ao Partido. E mesmo com esses empecilhos, a maior parte do Partido defendia que tais reformas deveriam ser executadas com urgência, uma vez que reconheciam os erros e as atrocidades cometidas sob o comando de Mao a partir dos anos 1950 (Damas, 2014).

Convém observar que as duas políticas que mais obtiveram resultados adversos, o Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural, foram produto do abandono do pragmatismo e do rompimento do maoísmo com a ortodoxia marxista, respectivamente. Nesse sentido, houve o rompimento com o pragmatismo quando a transição gradual ao socialismo na forma da Nova Política Econômica (NEP), que foi formulada pelo economista russo Kondratiev (Mikhailova, 2013), foi substituída pela aceleração prematura da industrialização. E ocorreu a cisão com o marxismo quando Mao passou a acreditar que as alterações na cultura e na superestrutura devem ser concomitantes às ocorridas na base produtiva, ao contrário de Marx que defendia que a revolução da força e das relações de produção deveriam anteceder as mudanças na superestrutura (Marx; Engels, 2017). Dessa forma, ocorre o abandono do

pragmatismo, ao ignorar as condições econômicas reais, e também a inversão na dialética marxista e no materialismo histórico.

Mesmo com o cargo de primeiro-ministro sendo oficialmente ocupado por Hua Guofeng, o verdadeiro líder da China era Deng Xiaoping que, através de suas alianças dentro do Partido Comunista, exercia o comando da China e foi o executor das políticas que viriam a ser implementadas na nova fase do país. O marco dessa nova fase foi o terceiro plenário do décimo primeiro comitê central do Partido Comunista Chinês, que foi realizado em dezembro de 1978, nele Deng Xiaoping apresentou as reformas que seriam realizadas e que demonstravam a reaproximação ao marxismo clássico, no qual as forças de produção devem ser desenvolvidas primariamente e prioritariamente para então possibilitar a evolução da superestrutura de forma secundária (Damas, 2014).

Um dos problemas que Deng pretendia abordar nas suas reformas e que representam uma das maiores deficiências nas economias de planejamento central são os preços. Nessas economias, os preços não passam de uma ferramenta contábil necessária para as tarefas de planejamento do órgão central e, ao contrário das economias de mercado, não desempenham a importante função de refletir informações sobre possíveis variações na oferta e demanda ou escassez e abundância de determinado bem ou serviço. Em oposição às leis fundamentais da economia, a ausência de um mecanismo de precificação racional que reflita a situação real de oferta e demanda no mercado leva o Estado a sofrer muitas perdas financeiras e políticas, uma vez que suas decisões são tomadas sem levar em consideração a situação atual do mercado (Damas, 2014). Ademais, como os preços não carregam essas informações intrinsicamente, o governo necessita atentar-se ao custo de levantar esses dados. Naturalmente, a organização da alocação de insumos e das quotas de produção impostas pelo órgão central da economia socialista não levam a uma alocação ótima de capital. O custo dessas distorções resultava em uma despesa anual de dez bilhões de yuan, além de contribuir para uma alocação ineficiente dos recursos para o real desenvolvimento econômico (Chang, 1996, p. 386).

Além disso, Deng Xiaoping acreditava que as reformas econômicas eram necessárias para restabelecer os incentivos que haviam sido eliminados durante o governo de Mao pois, sem tais incentivos, tornava-se difícil alcançar o desenvolvimento econômico ou desenvolver as forças produtivas por meio da acumulação de riqueza, um requisito fundamental para o desenvolvimento do modo

de produção marxista (Damas, 2014). Assim sendo, os mecanismos de mercado precisavam ser reintroduzidos como uma forma de aumentar a produtividade e também a eficiência na alocação de capital e mão de obra. A maior implicação disso seria o retorno da propriedade privada ao cenário econômico chinês, após um processo desastroso de coletivização.

Evidentemente, começaram a surgir críticas direcionadas a Deng dentro do Partido, pois acreditavam que essas medidas distanciavam a China do caminho socialista e a levavam a seguir a via capitalista como método de produção. No entanto, ele justificava que o processo de reforma iniciado não significava a renúncia ou distanciamento do socialismo e, menos ainda, a adesão ao modelo de produção capitalista (Damas, 2014). O objetivo fundamental era melhorar o bem-estar da população por meio do desenvolvimento das forças produtivas da economia. Mesmo com a essência reformista e pragmática que Deng Xiaoping demonstrava nas reformas apresentadas, que tinham como único objetivo desenvolver a China e bem-estar social, ele também considerou algumas condições políticas necessárias para o sucesso das reformas, entre elas a ordem e a estabilidade política.

Para o líder chinês, a ordem e estabilidade política eram cruciais para o bom desenvolvimento da economia e para promover esses requisitos, algumas condições eram necessárias. A primeira delas era a ditadura partidária, considerada fundamental para a estabilidade política e social, bem como, para a manutenção da unidade do país. Depois a concordância ideológica porque a união do partido era dependente dos membros compartilharem o mesmo viés ideológico: o marxismo-leninismo e o maoísmo. E por fim, a rejeição da democracia ocidental, já que para Deng, a democracia baseada na divisão dos três poderes se tornava inviável ao valorizar mais o indivíduo que o coletivo. Uma clara influência do pensamento confucionista, mas também, essa rejeição legitimava o controle total do Partido Comunista Chinês sobre o país. Inclusive para Deng, a divisão de um governo em três poderes, assemelhava-se a “três galhos de uma árvore sendo puxado para direções opostas e que apenas resulta em confusão” (Xiaoping, 1994, tradução livre).

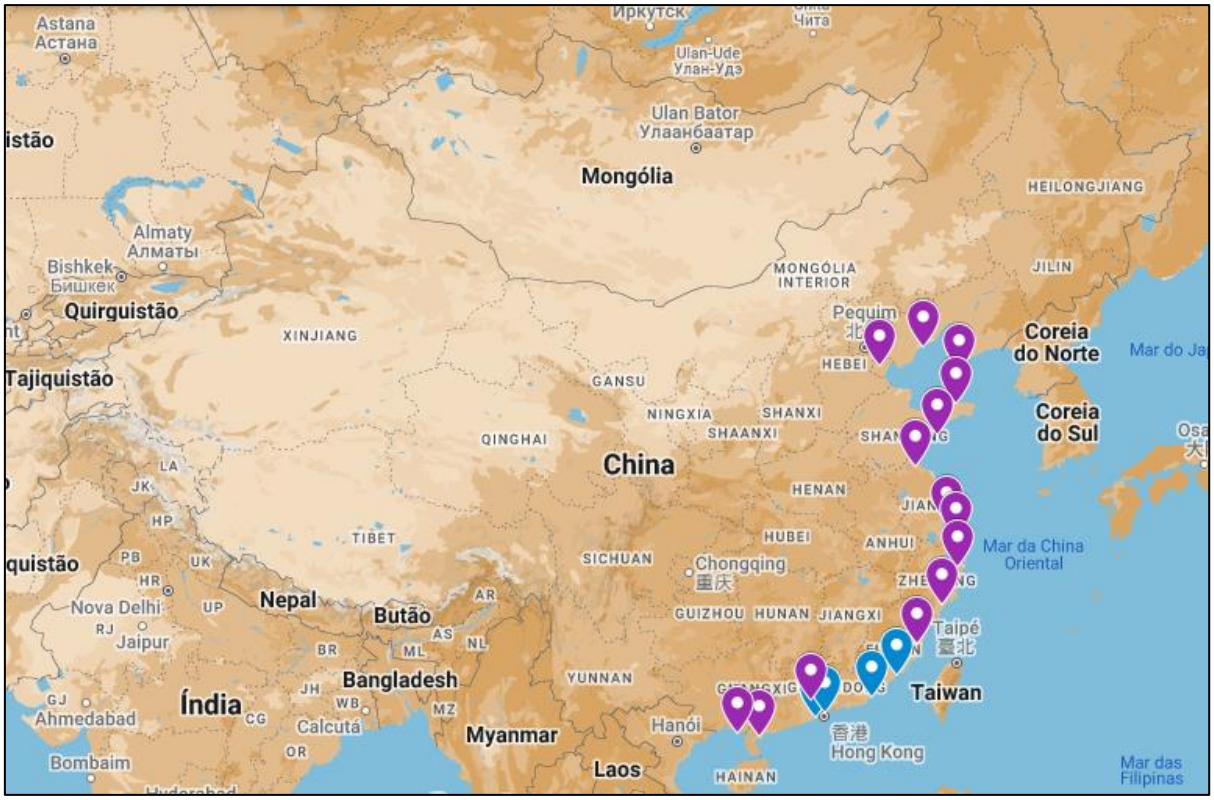
Ainda sobre as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, a China necessitava melhorar a sua produtividade. Assim, fazia-se imprescindível restabelecer o sistema de incentivos e a meritocracia para impulsionar a produção. A estratégia adotada pelos líderes do partido foi a de uma reforma gradual, iniciando-se pela retirada de algumas barreiras no setor rural que permitissem a promoção do empreendedorismo.

Já em 1984, a maioria das comunas e dos coletivos rurais haviam sido substituídos pelo sistema de responsabilidade familiar que tinha como principal efeito a possibilidade de vender o que excedesse as quotas do governo a preços de mercado (Naughton, 2008). Com isso, a produtividade agrícola aumentou 30% se comparado com o ano de 1980.

Tendo em vista o sucesso dessa liberalização, em 1983, o governo decidiu fixar as quotas para todos os produtores e começar a diminui-las a partir de 1987, visando o seu fim em 1996. Estendendo as reformas para além da agricultura, as empresas estatais também receberam maior autonomia para gerenciar os seus processos e aos executivos era possível manter uma parte do lucro do que excedesse as quotas do Estado. Considerando que a economia se desenvolvia acima do nível determinado pelas quotas, cada vez mais esse crescimento se distanciava do determinado pelo governo e a liberalização foi se tornando cada vez mais importante para a economia da China. Sob essa ótica, os bens transacionados a preço de mercado passaram de 0% em 1978 para 13% em 1985 e 46% em 1991. Já em 1995, cerca de 78% de todos os bens produzidos na China eram transacionados a preços de mercado (OECD, 2005, p. 29).

Outra face da política de Deng, foi a abertura ao capital estrangeiro. Após muitos anos fechada para investimentos externos, a China delimitou as regiões de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen como zonas econômicas especiais (ZEEs). Afinal, o país precisava acumular capital e receber tecnologia de outros países mais desenvolvidos. Na teoria, as ZEEs receberiam capital e tecnologias estrangeiras e os produtos manufaturados seriam exportados. Dessa forma, limitando a atividade capitalista a essas regiões previamente mencionadas. Além disso, aos investidores e empresários estrangeiros era concedido tratamento fiscal e tributário diferenciado (Marti, 2007, p. 10). Em 1984, com o sucesso da nova política, outras 14 novas ZEEs foram abertas ao capital estrangeiro: Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Xangai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guanzhou, Zhanjiang e Beihai. Conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa das ZEEs iniciais (em azul) e secundárias (em roxo) na China



Fonte: Elaborado pela autora com base em Marti (2007).

Após as reformas na área rural, denominadas de *Household Responsibility System* (HRS), a produção de grãos, algodão, óleo de sementes, produtos pecuários e laticínios cresceu consideravelmente. No ano de 1984, a produção total de algodão chegou a 6,258 milhões de toneladas, representando um crescimento de 89%, se comparado com a produção de 1978. Já para os produtos pecuários, durante o mesmo período, a produção alcançou 21,936 milhões de toneladas, crescendo 56% no período. Enquanto que os laticínios cresceram 230%, tendo atingido a produção de 4,189 milhões de toneladas no último ano do período analisado (Wu, 2005). Acompanhando o aumento na produção e na produtividade, a renda líquida per capita de 1978 a 1990 saltou de 134 yuans para 686 yuans, um incremento de 412% durante o período ou 14,6% em média ao ano (Wu, 2005).

Já sobre a produtividade total dos fatores (PTF), Damas (2014, p.118) traz os seguintes dados:

> (...) após as reformas de 1978 o contraste é evidente. Enquanto durante o período de 1952 a 1978 a produtividade total dos fatores era negativa em 1,37%, de 1978 a 2003 a PTF atingiu em média 2,95% ao ano. Se levarmos em consideração apenas a produtividade do trabalho, no período de 1978 a 2003, esse insumo de crescimento econômico saltou de 1,78% para 5,85% ao ano. A produtividade do trabalho melhorou graças à realocação de mão de obra para setores em que o país gozava de maiores vantagens

> comparativas, além da maior eficiência na alocação do capital. Após as reformas, a produtividade do capital aumentou consideravelmente, deixando de influenciar negativamente o crescimento econômico chinês em 3,1% ao ano para contribuir positivamente para o crescimento chinês em 0,11%. Se avaliarmos a produtividade de cada setor da economia chinesa após as reformas, graças à realocação de mão de obra para outros segmentos da economia, podemos observar que o setor agrícola foi o que apresentou o maior crescimento com relação à produtividade do trabalho, passando de 0,17% ao ano no período de 1952 a 1978 para quase 4% ao ano de 1978 a 2003.

As reformas lideradas por Deng Xiaoping representaram uma transformação profunda na China pós-Mao, marcando uma virada histórica para o país. Essas reformas foram ousadas e pragmáticas, reintroduzindo elementos de mercado em uma economia que, por décadas, havia sido estritamente controlada pelo Estado. E os resultados dessas reformas tiveram um impacto positivo na economia chinesa. O restabelecimento dos elementos de mercado e a liberalização dos preços não apenas permitiram uma alocação mais eficiente de recursos, mas também incentivaram a inovação e o empreendedorismo. A melhoria na alocação de recursos, combinada com a abertura ao investimento estrangeiro e a aquisição de tecnologia, permitiu à China modernizar sua infraestrutura, expandir sua capacidade industrial e se tornar uma força global em manufatura e exportação. Dessa forma, o país se tornou uma oficina do mundo, produzindo uma ampla variedade de produtos e bens de consumo para o mercado global (Damas, 2014).

Além disso, as reformas rurais, como o *Household Responsibility System*, impulsionaram a produtividade agrícola e aumentaram a renda das famílias rurais. Essa mudança na agricultura liberou mão de obra para outros setores, alimentando o crescimento nas cidades e nas indústrias. À medida que as zonas econômicas especiais atraíam investimento estrangeiro, as cidades costeiras da China se transformaram em centros de produção e comércio de classe mundial. Portanto, as reformas de Deng Xiaoping não apenas redefiniram a economia chinesa, mas também impulsionaram a China em direção a uma ascensão notável no cenário internacional. O país passou de uma economia isolada e fechada para uma potência econômica global que desempenha um papel fundamental no comércio, na indústria e na tecnologia. As reformas foram um testemunho da capacidade da China de se adaptar e inovar, aproveitando as lições aprendidas com seu passado. Elas moldaram a China contemporânea, que continua a desempenhar um papel cada vez mais influente na economia global e na política internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República Popular da China, em conjunto com outros países que enfrentavam desafios econômicos similares, vivenciou um período de dificuldades significativas, incluindo fome, desemprego, falta de moradia e extrema pobreza (Leão, 2021). Nesse contexto, a adesão generalizada ao socialismo resultou em mudanças governamentais profundas, que refletiam as necessidades urgentes de uma economia em precárias condições, como o repúdio a dívida externa e a estatização das empresas. É interessante observar que, ao longo da história, várias nações, em diferentes momentos, se depararam com crises econômicas severas que exigiram medidas extremas para a recuperação. Um exemplo notável foi a crise de 1929 nos Estados Unidos, que representou uma profunda crise econômica. Nesse cenário, as políticas econômicas existentes e as estruturas vigentes mostraram-se inadequadas para enfrentar a situação, levando os governos a adotar medidas drásticas em busca de recuperação econômica.

Nesse sentido, fica evidente que a adoção do socialismo não é apenas uma mudança de modo de produção instigado pela opressão do proletariado pelos capitalistas, e sim, uma forma do governo adotar estratégias que podem ser consideradas hostis no Sistema Internacional como maneira de recuperar uma economia em situação crítica. É fundamental salientar que a questão não se resume a uma comparação simples entre o socialismo e o capitalismo. Em vez disso, o contexto é relacionado à necessidade de tomar medidas extremas para lidar com uma situação de crise extrema. No contexto específico do socialismo marxista-leninista, caracterizado pela economia planificada socialista e pela eliminação de qualquer

forma de rivalidade ou dissidência, ocorreu uma proliferação da corrupção e uma falta de espaço para a inovação e o surgimento de novas ideias. O aparato estatal expandiu-se consideravelmente, tornando-se rígido e ineficiente, resultando na persistência da extrema pobreza da população, além de restrições à liberdade e à censura.

Apesar disso, a capacidade da China de se inovar e buscar alternativas para o desenvolvimento econômico pode ter desempenhado um papel crucial na sustentação da economia planificada chinesa por um período mais prolongado. No estudo, foi demonstrada a relação entre as mudanças de estratégia de desenvolvimento chinês com a melhoria dos índices econômicos, fenômeno que ocorreu tanto na implementação da economia planificada quanto na liberalização econômica na fase após a morte de Mao Tse-Tung. No entanto, as políticas econômicas adotadas durante a Era Maoísta também trouxeram consigo graves consequências. O Grande Salto à Frente e a Revolução Cultural representaram desvios do pragmatismo e do marxismo ortodoxo, resultando em impactos econômicos adversos. O abandono do pragmatismo e a inversão da dialética marxista levaram a distorções na alocação de recursos e a um significativo desperdício de capital.

A China destaca-se como uma das economias mais dinâmicas e de rápido crescimento do mundo e também com um país pioneiro em diversas políticas governamentais e em sua forma de funcionamento em geral. As reformas econômicas lideradas por Deng Xiaoping transformaram o país em uma potência econômica global. A China acumulou capital, tecnologia e desenvolveu um setor industrial robusto. A abertura ao capital estrangeiro e o incentivo à iniciativa privada impulsionaram a produtividade e a eficiência. Assim sendo, o presente trabalho debruçou-se sobre como a China se tornou socialista, examinou o impacto econômico e os resultados da implementação da economia planificada socialista. Também foram demonstradas as razões que levaram a China a adotar medidas econômicas liberais a partir da década de 1970 e foram mostrados os resultados da política de liberalização econômica ocorrida.

Por fim, a análise detalhada do caso da China durante a Era Maoísta forneceu contribuições valiosas sobre os impactos econômicos das políticas socialistas, a necessidade de adaptação em face de desafios extremos e as lições aprendidas ao longo desse processo histórico. Atualmente, a China se destaca como uma economia global dinâmica e inovadora, resultado das reformas econômicas implementadas nas

últimas décadas, destacando sua resiliência e capacidade de adaptação em busca do desenvolvimento econômico. A capacidade da China de adaptar seu sistema econômico e adotar políticas mais condizentes com as necessidades da sociedade e do mercado global demonstra a resiliência e a flexibilidade do país. As lições aprendidas ao longo da história incluem a importância de equilibrar o planejamento centralizado com a alocação eficiente de recursos, bem como a necessidade de manter uma abordagem pragmática e adaptativa diante de desafios econômicos em constante evolução.

Hoje, a China é um exemplo notável de uma nação que conseguiu combinar elementos do socialismo com características de mercado, resultando em um modelo econômico inovador e de rápido crescimento. Sua trajetória única destaca a importância da adaptação e da capacidade de aprender com os erros do passado, servindo como um caso de estudo valioso para outros países que enfrentam desafios econômicos complexos.

A presente monografia tem como propósito analisar os impactos decorrentes da implementação da economia planificada socialista no período compreendido entre os anos de 1949 a 1976, denominado de Era Maoísta. Após uma abordagem detalhada sobre a estrutura econômica adotada pela China, no caso a economia planificada socialista, e o estabelecimento de uma conexão entre as variáveis associadas à adoção da economia socialista e o desempenho econômico do país, constata-se que ocorreu uma significativa melhoria nos índices econômicos a partir de 1949, ano em que ocorreu a Revolução Comunista Chinesa. Entretanto, é igualmente perceptível que houve progresso nos indicadores econômicos quando foram implementadas medidas de cunho mais liberal a partir de 1976, ano de falecimento de Mao Tse-tung, marcando o término da Era Maoísta. Este estudo constatou que a trajetória econômica singular da China destaca a relevância da capacidade de adaptação e da habilidade de aprender com as decisões sem embasamento do passado, moldando sua evolução econômica de acordo com as exigências e desafios contemporâneos. Assim, a análise da experiência chinesa entre 1949 e 1976 não apenas destaca a eficácia das políticas socialistas, mas também sinaliza a flexibilidade e resiliência do país diante das transformações

socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Indicador:** crescimento do PIB (anual %). 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN. Acesso em: 28 maio 2023.

BRAMALL, Chris. **Chinese economic development.** Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis Group, 2009.

CHANG, John K. **Industrial development in pre-communist China**: a quantitative analysis. Chicago: Aldine, 1996

CHANG, Jung C.; HALLIDAY, Jon. **Mao:** the unknown story. UK: Vintage Books, 2007

CHINA. [Constituição (1982)]. **Constituição da República Popular da China**, 1982. Pequim: Congresso Nacional do Povo da República Popular da China, [2018]. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/englishnpc/constitution2019/201911/1f65146fb6104dd3a2793875d19b5b29.shtml. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONCEIÇÃO, Pedro; CALDERÓN, Cecilia; ESBRY, Fernanda Pavez; GHORAI, Moumita; HSU, Yu-Chieh; ISMAIL, Ghida; LENGFELDER, Christina; LUTZ, Brian; MIRZA, Tasneem; MOHAMMED, Rehana; PASANEN, Josefin; SHRESTHA, Som Kumar; TAPIA, Heriberto; VÁZQUEZ, Carolina Rivera; YOKOI, Yuko; ZHANG, Yanchun. **Human Development Report 2021/2022**. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia chinesa:** transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014. *E-book*. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041101/. Acesso em: 27 maio 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FRANK, Andreas Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento revisitado**. São Paulo: Global Editora, 2011.

FRANK, Andreas Gunder. **ReOrient:** global economy in the Asian age. Berkeley: University of California Press, 1998.

FRANKE, Herbert; TRAUZETTEL, Rolf. **El Imperio Chino**. Madrid: Siglo XXI, 1973. (Historia Universal Siglo XXI, 19).

FUINI, Pedro. **Nascimento de Hegel**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/36579. Acesso em: 09 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002. *E-book*. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 15 abr. 2023.

HAN, Xiaorong. **Chinese Discourse on the Peasant, 1900-1949**. Albany: State University of New York Press, 2005.

JOHNSON, Paul. **Tempos modernos:** o mundo dos anos 20 aos 80. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

KOOPMAN, Robert; DEGAIN, Christophe; EBERTH, Florian; D'ANDREA-ADRIAN, Barbara; BHATIA, Shradha; CHANG, Lori; NASSAR, Zineb Haj; NEE, Coleman; YAN, Ying. **World Trade Statistical Review 2022**. Genebra: Organização Mundial do Comércio, 2022. p. 58. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtsr_2022_e.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o "socialismo de mercado" como uma nova formação econômico-social. **Revista Nova Economia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1029-1051, 2020.

LANSLOR, Tobias; BROWNSTOK, Willem; BAKERS, Martin. **História do comunismo e do marxismo-leninismo:** do início ao declínio. Cambridge: Cambridge Stanford Books, 2021.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. Paralelos entre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa: camponeses, teóricos e revolucionários. **Revista História**, São Paulo, n. 38, p. 89-105, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/3mxVKxggjqVxKby6c8My5hk/?lang=pt#. Acesso em: 13 abr. 2023.

LIN, Justin Yifu; CAI, Fang; LI, Zhou. The Lessons of China's Transition to a Market Economy. **The Cato Journal**, [*S.l.*], v. 16, n. 2, 1996. Disponível em: https://www.cato.org/sites/cato.org/files/serials/files/cato-journal/1996/11/cj16n2-3.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

LIU, Jianyi. **The origins of the Chinese Communist Party and the role played by Soviet Russia and the Comintern**. Tese (Doutorado). York: University of York, 2000. Disponível em: https://etheses.whiterose.ac.uk/9813/1/341813.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência:** fundamentos políticos internos. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. *E-book*. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

MADDISON, Angus. **Chinese economic performance in the long run**. 2. ed. Paris: OECD, 2007.

MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping:** o homem que pôs a China na cena do século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo. Capitalismo tardío y sujetos transformadores: A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 24, p. 1-13, 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/polis/1684. Acesso em: 24 maio 2023.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. Disponível em: http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

MATZKEN, Robert. El Hechizo del Pensamiento Maoísta. *In*: KERKHOF, Vera; MATZKEN, Robert. **El Maoísmo**. Madrid: Felire, 1979.

MIKHAILOVA, Irina. Da planificação socialista ao mercado capitalista: experiências da Rússia. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 140-162, 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17576/13091. Acesso em: 27 maio 2023.

MUSSE, Ricardo. A Gênese do Conceito de Marxismo Ocidental. **Revista Espaço Livre**, [*s.l.*]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 7, n. 13, 2012. Disponível

em: http://redelp.net/index.php/rel/article/view/616. Acesso em: 15 maio 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Portal de Dados da População**. [*s.d*.]. Disponível em: https://population.un.org/dataportal/data/indicators/49/locations/156/start/1950/end/1951/line/linetimeplot. Acesso em: 27 maio 2023.

NAUGHTON, Barry. **Growing out of the plan:** Chinese economic reform, 1978-1993. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy:** transitions and growth. Cambridge: MIT Press, 2007.

NAUGHTON, Barry. A Political Economy of China's Economic Transition. In: BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. **China's Great Economy Transformation.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008, p. 92-98.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 201-218, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

OLSON, Mancur. **Power and prosperity:** outgrowing communist and capitalist dictatorships. Nova Iorque: Basic Books, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Economic Surveys**, China, 2005. Disponível em: http://homepage.ntu.edu.tw/~lbh/ref/ OECD/42.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo:** uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: CENEGRI Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

PROZCZINSKI, Daniele; ARAÚJO, George. A Revolução no Extremo Oriente: a URSS e a fundação da República Popular da China. *In*: VIII SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA – Desafios Históricos: embates, traumas e práticas. **Anais** [...]. Florianópolis, SC, 2017.

RATTNER, Henrique. 60 anos da Revolução Chinesa. **Revista Espaço Acadêmico**, [*S.l.*], mensal, n. 101, p. 33-40, 2009. ISSN 1519-6186. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index3360. Acesso em: 19 ago. 2023.

ROSTOW, Walt. **The stages of economic growth:** a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. *E-book.*

SHU, Chang-sheng. Interações entre Mao e os guardas vermelhos na Revolução

Cultural. **Diálogos Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 137-166, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526547015.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. A resposta da china ao desafio ocidental imperialista: A busca pela revolução nacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 6., 2017, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte, MG: ABRI, texto digital. ISBN: 978-85-66399-08-0. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498443993_ARQUIVO_SILVA,Athos-2017-6.ENABRI-AsrespostasdaChinaaoDesafioOcidentalImperialista-BuscapelaRevolucaoNacional.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

SKIDELSKY, Robert. **Money and government:** a challenge to mainstream economics. Londres: Yale University Press, 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. v. 1.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton & Company, 1990.

TA-CHUNG, Liu; KUNG-CHIA, Yeh. **The economy of the Chinese mainland**: national income and economic development, 1933-1959. Princeton: Princeton University Press, 1965.

THOMAS, Stephen. **China's economic development from 1860 to the present:** the roles of sovereignty and the global economy. Forum on Public Policy. [*S.l.*], 2006. Disponível em: https://go.gale.com/ps/i.do?p=AONE&u=googlescholar&id=GALEA244026614&v=2.1&it=r&sid=AONE&asid=dfa77652. Acesso em: 12 ago. 2023.

VIANA, Nildo. Reflexões sobre o Maoísmo. **Revista Enfrentamento**, Goiânia, v. 9, n. 16, 2014. Disponível em: http://redelp.net/index.php/renf/article/view/415. Acesso em: 13 maio 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Paradoxos da Revolução Russa:** ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991). 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

XIAOPING, Deng. Take a Clear Cut Against Bourgeois Liberalization. Remarks made to some leading members of the Central Committee of the Communist Party of China. *In*: **Selected works of Deng Xiaoping (1982-1992)**, Pequim: Foreign Language, 1994. v. 3.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WU, Jinglian. **Understanding and interpreting Chinese economic reform**. Ohio: Thomson/South-Western, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2006. *E-book*. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/PP1_2007_1/Modulo_1/Metologia_da_pesquisa/Material_didatico/Metodologia_da_Pesquisa.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09